

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO AMBIENTAL

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA
Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia – Pará



ANO 2025

MENSAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Apresento o Relatório Anual da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia – SEMMA, referente ao exercício de 2025. O documento reúne as principais ações desenvolvidas ao longo do ano e os resultados alcançados pela equipe no cumprimento das atribuições da política ambiental municipal.

Durante 2025, a SEMMA atuou de forma contínua em áreas estratégicas, como fiscalização ambiental, licenciamento, educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, sensoriamento remoto, prevenção de queimadas, regularização fundiária sustentável, proteção das unidades de conservação e ordenamento do território. As ações registradas neste relatório refletem o esforço institucional para proteger o rio Araguaia, apoiar as comunidades tradicionais e assegurar a conservação do patrimônio natural e cultural do município.

Destaco, ainda, os avanços na organização administrativa da Secretaria, o fortalecimento técnico das diretorias, a implantação do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto e a ampliação do diálogo com o Ministério Público, órgãos estaduais e federais, instituições de ensino e entidades da sociedade civil. Essas articulações contribuíram diretamente para qualificar as ações ambientais desenvolvidas no município.

Registro meu agradecimento à Prefeitura Municipal, aos servidores da SEMMA, às comunidades ribeirinhas, às escolas, aos produtores rurais e às instituições parceiras que colaboraram para a execução das atividades apresentadas neste relatório. O trabalho coletivo foi fundamental para enfrentar os desafios ambientais e alcançar resultados concretos.

Este relatório cumpre o papel de prestar contas à sociedade, registrar a atuação da Secretaria e subsidiar o planejamento das ações futuras. A SEMMA segue atuando com responsabilidade institucional, diálogo e compromisso com a gestão ambiental pública.

Maria Eunizia Oliveira da Costa
Secretária Municipal de Meio Ambiente



APRESENTAÇÃO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia – SEMMA – apresenta o Relatório Anual de Gestão Ambiental referente ao exercício de 2025. O documento consolida as ações desenvolvidas, os resultados alcançados, os avanços institucionais e os principais desafios enfrentados pela gestão ambiental municipal ao longo do período.

O relatório reúne informações produzidas pelas Diretorias de Educação Ambiental, Fiscalização Ambiental, Licenciamento Ambiental, Sensoriamento Remoto, Paisagismo e Administração, refletindo a atuação integrada da equipe técnica e administrativa da SEMMA no cumprimento de suas atribuições legais.

No ano de 2025, destacam-se o fortalecimento das ações de fiscalização ambiental, a ampliação das atividades preventivas, a implantação do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, o avanço nos processos de regularização fundiária sustentável — com ênfase na Vila Santa Cruz —, a ampliação das ações de educação ambiental em escolas urbanas e rurais e o aperfeiçoamento dos procedimentos de licenciamento e gestão documental.

Também integram este relatório o planejamento e a execução das ações do Veraneio 2025, os programas de gestão de resíduos sólidos, as operações integradas de fiscalização, a consolidação do Programa Municipal Fogo Zero, a participação institucional da SEMMA em agendas estaduais e nacionais, incluindo atividades vinculadas à COP-30, e o fortalecimento das articulações com o Ministério Público, órgãos estaduais e federais, universidades e instituições da sociedade civil.

Este documento tem como finalidade assegurar transparência à atuação da SEMMA, registrar de forma sistematizada as ações realizadas e subsidiar o planejamento das atividades para os próximos exercícios. A gestão ambiental municipal permanece orientada pela proteção do rio Araguaia, pelo ordenamento territorial sustentável, pela participação social e pelo fortalecimento institucional frente aos desafios ambientais do município.





Foto: Cidinha Barros



CRIAÇÃO, MISSÃO E OBJETIVOS

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA – foi criada pela Lei Municipal nº 230/2003, com a finalidade de executar a política ambiental do município de São Geraldo do Araguaia. Compete à SEMMA atuar na proteção, preservação e conservação do meio ambiente, promover ações de fiscalização e licenciamento ambiental, desenvolver atividades de educação ambiental, firmar convênios e cooperações institucionais e articular-se com órgãos estaduais e federais.

A atuação da Secretaria tem como missão assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio do planejamento territorial, da conservação da biodiversidade e do fortalecimento da gestão ambiental municipal.

ÍNDICE GERAL – RELATÓRIO ANUAL SEMMA 2025

1. Estrutura Organizacional da SEMMA
2. Estruturação Institucional e Fortalecimento das Diretorias
 - 2.1 Diretoria de Educação Ambiental
 - 2.2 Diretoria de Fiscalização Ambiental
 - 2.3 Diretoria de Licenciamento Ambiental
3. Ação de Remoção, Transplante e Monitoramento de Árvores
4. Laboratório de Pesquisas e Sensoriamento Remoto
5. Blitz Ecológica e Ações Integradas de Fiscalização Ambiental
6. Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas (APA Barreiro das Antas)
7. Lei Municipal de Proteção do Tucunaré (Proibição da Pesca por 3 Anos)
8. Início da Regularização da Vila Santa Cruz e Comunidades Extrativistas



9. Programa de Coleta de Resíduos Eletrônicos (E-lixo)
10. Ação de Desocupação e Recuperação da APP “Móia Farinha”
11. Geoparque Araguaia
12. Planos de Gestão de Resíduos Sólidos das Praias Veraneio 2025
13. Levantamento Técnico de Inconsistências do Plano de Manejo (PESAM e APA Araguaia)
14. Cooperação Técnica e Articulações Institucionais
15. Fortalecimento dos Conselhos e Instâncias Colegiadas com Atuação Ambiental
16. Atuação em Paisagismo, Arborização Urbana e Viveiro Municipal
17. Proposta Técnica Preliminar de Conectividade Territorial entre a APA Araguaia, Zona de Amortecimento do PESAM e áreas adjacentes à Terra Indígena Sororó.
18. Atividades de Sensoriamento Remoto e Levantamento Aerofotogramétrico
19. Estruturação de Diretrizes para Monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras
20. Etapas Preparatórias para Instalação de Estação Meteorológica Estadual
21. Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – Parceria Institucional
22. Manejo e Conservação de Quelônios da Amazônia
23. Governança Ambiental e Adesão à Iniciativa “Meu Município pelos ODS (2025–2030)”
24. Protocolo, Expedição de Documentos e Atendimento Administrativo
25. Relação Institucional com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)
26. Destinação de Madeira Apreendida em Ações Integradas de Fiscalização
27. Participação da SEMMA na COP 30
28. Demonstrativo Referencial de Valores Associados às Atividades da SEMMA – São Geraldo do Araguaia/PA (2025)
29. Capacitação e Fortalecimento Técnico da Equipe da SEMMA – 2025
30. Comunicação Institucional – SEMMA ANUAL 2025
31. Programa Municipal Fogo Zero
32. Supressão e Substituição de Árvores na Praça da Beira-Rio – 2025
33. Panorama Diagnóstico e Atuação Municipal na Validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – São Geraldo do Araguaia – PA5

1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEMMA GESTÃO SUPERIOR

- Jefferson Douglas Jesus Oliveira – Prefeito Municipal
- Marcos Antônio Cândido de Lucena – Vice-Prefeito
- Maria Eunízia Oliveira da Costa – Secretária Municipal de Meio Ambiente
- Leidilene Rufina da Silva – Secretária Executiva

DIRETORIAS

- Maria Aparecida Santos Barros – Diretora de Educação Ambiental
- José Coelho Spanner – Diretor de Licenciamento Ambiental
- Rangel Vilena dos Santos – Diretor de Fiscalização

COORDENAÇÕES

- Crislayne Cristina N. da Silva – Coordenadora de Logística



EQUIPE TÉCNICA (QUADRO PRÓPRIO)

- Victoria Oliveira Assunção Lima – Analista Ambiental - Engenheira Ambiental e Sanitarista
- Ricardo Antônio Marques – Analista Ambiental - Engenheiro Agrônomo

EQUIPE TÉCNICA (EMPRESA TERCEIRIZADA)

- Wesley Nunes Soares – Analista Ambiental - Engenheiro de Minas
- Welinton França Torres – Analista Ambiental - Engenheiro Florestal

Obs.: Profissionais técnicos vinculados à SEMMA por meio de contratação terceirizada, atuando no apoio às atividades de licenciamento, fiscalização e análises técnicas.

FISCAIS AMBIENTAIS

- Claudionor de Sá Alencar
- Idael Lima da Silva
- Walison Rodrigues da Silva

EQUIPE DE PAISAGISMO

- João Pereira Leite – Técnico em Paisagismo
- Arielson Lacerda Lima – Técnico em Paisagismo
- Josias de Oliveira Pimentel – Técnico em Paisagismo
- José Carlos da Silva Neto

APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

- Regiane Paz Landim de Sousa – Secretária Administrativa
- Vaglan da Silva Reis – Auxiliar de Serviços Gerais

2. Estruturação das Diretorias de Educação Ambiental, Fiscalização e Licenciamento e fortalecimento de novas áreas operacionais

Em 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou reorganização administrativa interna que resultou na definição de três diretorias operacionais: Educação Ambiental, Fiscalização Ambiental e Licenciamento Ambiental. Essa reorganização não decorreu da criação formal de cargos ou estruturas por lei, mas de arranjo técnico-administrativo adotado pela gestão para responder ao aumento das demandas ambientais no município.

A definição dessas diretorias permitiu maior clareza na distribuição das atribuições, na organização das equipes e na estruturação dos fluxos de trabalho. Como resultado, houve melhoria no acompanhamento dos processos administrativos e maior integração entre as ações desenvolvidas pela SEMMA.

A Diretoria de Educação Ambiental passou a coordenar programas permanentes de sensibilização, campanhas temáticas, ações em escolas, atividades comunitárias e iniciativas de mobilização social, ampliando a presença institucional da SEMMA em áreas urbanas e rurais.

A Diretoria de Fiscalização Ambiental passou a concentrar as atividades de vistoria, inspeção, operações integradas, atendimento às denúncias e condução de procedimentos administrativos relacionados a infrações ambientais, contribuindo para a organização das rotinas de fiscalização e a padronização dos relatórios e autos de infração.



A Diretoria de Licenciamento Ambiental passou a concentrar a análise técnica dos processos de licenciamento, a emissão de pareceres, o acompanhamento de condicionantes e a integração das informações ambientais. No âmbito dessa diretoria, foram incorporados, de forma provisória, dois componentes operacionais:

- a gestão da Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas, até a futura criação de setor específico;
- o Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, responsável pelo processamento de imagens, monitoramento territorial, apoio às ações de fiscalização, análises de CAR e suporte ao planejamento ambiental.

A incorporação do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto ampliou a capacidade técnica da SEMMA, possibilitando a produção de mapas temáticos, o monitoramento contínuo do território e maior autonomia na análise de dados ambientais.

A gestão provisória da APA Barreiro das Antas no âmbito do licenciamento permitiu iniciar a organização documental da unidade, o acompanhamento institucional e os primeiros procedimentos voltados à estruturação de seus instrumentos de gestão.

Para os próximos exercícios, encontra-se em análise a criação de um Departamento Municipal de Gestão de Unidades de Conservação, com a finalidade de centralizar a administração da APA Barreiro das Antas, articular ações com o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e demais áreas naturais, e implementar política específica de conservação, visitação e monitoramento das áreas protegidas do município.

Com a reorganização administrativa implementada em 2025, a SEMMA passou a operar com maior definição das funções internas, melhor articulação entre setores e maior capacidade operacional para o cumprimento de suas atribuições.

2.1 Diretoria de Fiscalização Ambiental

A Diretoria de Fiscalização Ambiental integra a estrutura operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e é responsável pela execução das ações de controle ambiental, monitoramento territorial, apuração de infrações e aplicação da legislação ambiental no âmbito do município de São Geraldo do Araguaia.

No exercício de 2025, a Diretoria manteve atuação contínua em áreas urbanas e rurais, comunidades ribeirinhas, praias fluviais, Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Unidades de Conservação Municipais e Estadual, com ênfase na Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas, na APA Araguaia, no rio Araguaia, no igarapé Xambioazinho e em áreas de expansão urbana.

As atividades foram executadas por meio de vistorias técnicas em campo, operações fluviais, monitoramento territorial com apoio do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, atendimento a denúncias e articulação interinstitucional com órgãos municipais, estaduais e federais.

Estrutura e atuação da equipe

Em 2025, a Diretoria de Fiscalização Ambiental atuou com equipe técnica composta por:

- Diretor de Fiscalização Ambiental: Rangel Vilena dos Santos
- Fiscais Ambientais:



- Claudionor de Sá Alencar
- Idael Lima da Silva
- Walison Rodrigues da Silva

Mesmo com quadro limitado, a equipe manteve rotina intensa de trabalho em campo, incluindo deslocamentos frequentes, operações fluviais no rio Araguaia, fiscalização em áreas de difícil acesso, atendimento a ocorrências sensíveis e apoio a ações emergenciais, assumindo responsabilidade administrativa e legal pelos atos praticados.

Atuação operacional e resultados

Ao longo de 2025, foram registrados os seguintes resultados:

- atendimento a 33 denúncias ambientais;
- realização de 30 vistorias técnicas;
- emissão de 77 notificações ambientais;
- lavratura de 6 Autos de Infração;
- lavratura de 1 auto de embargo por intervenção irregular em APP;
- execução de 6 operações náuticas de fiscalização;
- fiscalização ambiental em praias fluviais durante 25 dias;
- atendimento a ocorrências envolvendo fauna silvestre;
- realização de 31 ações educativas associadas à fiscalização;
- instalação de 18 placas de sinalização ambiental.

Combate a incêndios urbanos e capacitação

Durante o período crítico de estiagem, a equipe da fiscalização atuou em ações de resposta inicial e apoio no combate a 53 ocorrências de incêndios urbanos, contribuindo para evitar a propagação do fogo para áreas residenciais, APPs urbanas e infraestrutura pública, em articulação com a Secretaria Municipal de Obras e a Defesa Civil.

No mesmo exercício, os fiscais participaram de curso de capacitação de brigadistas ministrado pela Defesa Civil em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar, marcando o início da estruturação da Brigada Municipal de Combate a Incêndios Florestais e Urbanos.

Multas ambientais e medidas compensatórias

As ações de fiscalização resultaram na aplicação de multas ambientais que totalizaram aproximadamente R\$ 2.900.000,00, referentes a infrações registradas no Município.

Destaca-se a aplicação de multa no valor de R\$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), cujo desdobramento resultou na assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a reversão dos recursos em obras de encanação e distribuição de água, beneficiando quatro vilas/comunidades tradicionais extrativistas, mais de 200 famílias do município.

Fiscalização da pesca e ordenamento pesqueiro





Foto: Nilson Amaral – Reunião de planejamento da fiscalização do período do defeso (Piracema) 2025/2026, com participação de órgãos ambientais do Pará e Tocantins, realizada no município de São Geraldo do Araguaia – PA.

A Diretoria atuou de forma permanente no ordenamento da atividade pesqueira, com destaque para:

- fiscalização da Lei Municipal de Proteção do Tucunaré (Cota Zero);
- acompanhamento de torneios de pesca esportiva;
- participação em reuniões interinstitucionais de planejamento da fiscalização da piracema, envolvendo órgãos dos estados do Pará e Tocantins.

Monitoramento ambiental de eventos

No exercício de 2025, a Diretoria realizou monitoramento ambiental preventivo nos seguintes eventos e atividades públicas:

- Passeio Náutico;
- Passeio Ciclístico – CICLOTUR;
- Torneio de Pesca Esportiva – TORPESAGA;
- Festival do Cari;
- Veraneio Municipal;
- Cavalgada Municipal.

2.2 Diretoria de Licenciamento Ambiental

Em 2025, a Diretoria de Licenciamento Ambiental atuou na organização e condução dos processos administrativos relacionados ao licenciamento ambiental municipal, na produção de relatórios técnicos, na instrução de autos de infração e no apoio técnico às ações de fiscalização, em conformidade com as atribuições da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia.

Ao longo do exercício, foram estruturados fluxos internos de análise, ampliada a base técnica dos processos e mantido diálogo institucional com órgãos estaduais e federais, comunidades e setores produtivos, em resposta à demanda por regularização ambiental no território municipal.

Produção Administrativa – 2025

No período, foram registrados os seguintes indicadores:

- 229 reuniões técnicas e administrativas;
- 105 ofícios e notificações emitidos;
- 55 licenças ambientais concedidas;
- 10 vistorias presenciais realizadas;
- 38 condicionantes ambientais acompanhadas;
- 11 pareceres técnicos (9 conclusivos e 2 de viabilidade);



- 6 autos de infração, com respectivos laudos técnicos;
- 542 processos administrativos organizados e digitalizados.

Esses dados refletem o volume de demandas atendidas pela Diretoria ao longo do exercício.

Relatórios Técnicos e Produtos de Apoio

Foram elaborados relatórios técnicos destinados a subsidiar decisões administrativas, ações de fiscalização e planejamento ambiental, incluindo:

- monitoramento ambiental da Praia da Gaivota e do Veraneio 2025;
- diagnósticos ambientais e territoriais da Vila Santa Cruz;
- relatórios técnicos de áreas minerárias;
- relatórios da Blitz Ecológica em aldeias indígenas;
- relatórios do Córrego Sorriso;
- mapeamentos aerofotogramétricos urbanos e rurais;
- produtos do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto;
- relatórios de viagens técnicas, audiências públicas e eventos institucionais.

Autos de Infração e Análises Técnicas

A Diretoria prestou suporte técnico à condução de processos administrativos relacionados a transporte e armazenamento irregular de madeira, supressão vegetal não autorizada e atividades minerárias irregulares, com elaboração de laudos técnicos, análises multitemporais de uso e cobertura do solo, vistorias e dosimetrias, assegurando fundamentação técnica às decisões administrativas.

Diagnósticos Estratégicos

Foram produzidos diagnósticos que subsidiaram o planejamento ambiental municipal, incluindo:

- diagnóstico preliminar do Licenciamento Ambiental Rural (LAR);
- diagnósticos ambiental, territorial e socioeconômico da Vila Santa Cruz;
- diagnósticos de APPs, áreas minerárias e áreas de uso intensivo;
- estudos técnicos para proposição de decretos, normas e projetos de lei ambientais.

Apoio à Fiscalização, Defeso e Veraneio

A Diretoria de Licenciamento Ambiental atuou de forma integrada com a Diretoria de Fiscalização Ambiental, oferecendo suporte técnico na análise de denúncias, instrução de autos e planejamento de ações de campo, incluindo atividades relacionadas ao período de defeso (piracema) e ao ordenamento ambiental do Veraneio da Praia da Gaivota.

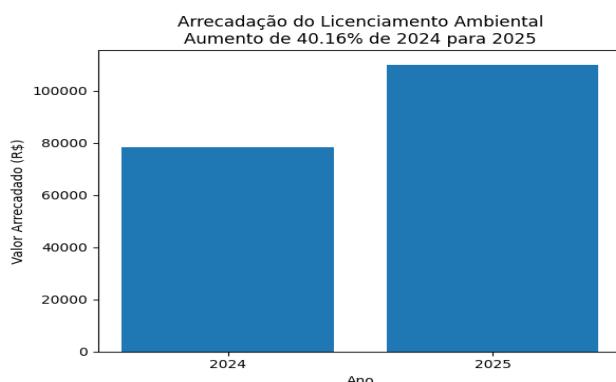
Organização Documental

Em 2025, foram adotadas medidas voltadas à organização administrativa, tais como:

- digitalização de 542 processos administrativos;
- emissão de 131 certidões de trâmite;
- padronização de 23 modelos oficiais;
- revisão do protocolo de Licenciamento Ambiental Rural (LAR).



Arrecadação do Licenciamento Ambiental



A arrecadação vinculada ao licenciamento ambiental apresentou evolução entre os exercícios de 2024 e 2025, passando de R\$ 78.479,79 para R\$ 96.000,00, em decorrência da ampliação da demanda por regularização ambiental e da organização dos procedimentos administrativos.

Atuação Técnica no PESAM

A Diretoria realizou análises técnicas do Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra

dos Martírios/Andorinhas (PESAM), identificando inconsistências técnicas, cartográficas e jurídicas, com encaminhamento de relatórios e notas técnicas ao IDEFLOR-Bio, ao Ministério Público e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, no âmbito da participação institucional do município.

Regularização Ambiental da Vila Santa Cruz

Foram desenvolvidos diagnósticos ambientais, territoriais e socioeconômicos, com mapeamentos geoespaciais e levantamentos de campo, destinados a subsidiar processos de regularização ambiental e territorial da Vila Santa Cruz, em articulação com os órgãos competentes.

Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto

Em 2025, foi estruturado o Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, integrado à Diretoria de Licenciamento Ambiental, com atuação voltada ao apoio técnico do licenciamento e da fiscalização, incluindo análises multitemporais, produção cartográfica e suporte a diagnósticos ambientais.

APA Barreiro das Antas

A Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas foi acompanhada tecnicamente ao longo do exercício, com elaboração de relatório preliminar, análises fundiárias e diagnósticos ambientais, servindo de base para o planejamento das ações previstas para 2026.



3. Ação de Remoção, Transplante e Monitoramento de Árvores



Foto: José Spanner - Operação de retirada dos indivíduos da área afetada pela obra, preservando condições mínimas para o replantio.

No dia 24 de setembro de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou ação de manejo, remoção, transplante e monitoramento de árvores localizadas no canteiro central da Avenida Castelo Branco (BR-153), área diretamente impactada pela construção das cabeceiras da nova ponte entre os municípios de São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá (TO).

A avaliação técnica prévia identificou 10 indivíduos arbóreos, sendo oito ipês (*Handroanthus* spp.), típicos do bioma Cerrado, e dois indivíduos de pau-preto (*Cenostigma tocantinum*), espécie nativa da Amazônia. As árvores apresentavam porte jovem, com altura variando entre 2,5 m e 4,70 m, o que demandou técnicas específicas para minimizar perdas e garantir a viabilidade do transplante.

Condições Técnicas da Operação

A execução do transplante envolveu condições operacionais adversas, entre as quais:

- extração com torrões de grande volume e peso;
- risco elevado de ruptura radicular;
- solo compactado;
- realização do procedimento em período de altas temperaturas e baixa umidade;
- interferência direta de obras de grande porte;
- necessidade de preparo adequado dos berços de plantio.

A operação foi executada pela equipe técnica e de jardinagem da SEMMA, com acompanhamento institucional, conforme registrado em parecer técnico específico.

Destinação e Situação Atual dos Indivíduos

As árvores transplantadas foram redistribuídas para pontos estratégicos da zona urbana, selecionados com base em condições de solo, luminosidade e capacidade de manutenção:

- Praça Edson Jesus de Paiva e Silva;
- lateral do Hospital Municipal;
- lateral do Ginásio Poliesportivo.

Situação atual dos indivíduos:

- 08 árvores vivas;



- 02 perdas (um ipê e um pau-preto), associadas a estresse hídrico e baixa resposta radicular.

Distribuição por local:

- Praça Edson Jesus: 2 ipês – vivos;
- Hospital Municipal: 4 ipês – 3 vivos / 1 morto;
- Ginásio Poliesportivo: 4 árvores – 3 vivas / 1 morta.

Monitoramento Pós-Transplante

Após o replantio, foram adotadas rotinas periódicas de acompanhamento, incluindo:

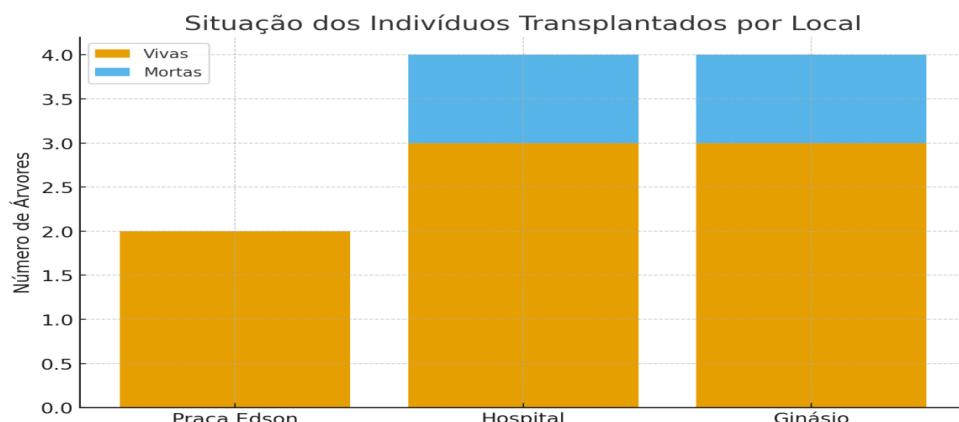
- irrigação complementar;
- reforço de tutores;
- inspeção fitossanitária;
- avaliação de brotações e vigor vegetativo;
- registros técnicos de indivíduos com baixa capacidade de restabelecimento.

As ações seguiram protocolos internos e boas práticas de arborização urbana.

Avaliação Técnica

O transplante de árvores com porte entre 2,5 m e 4 m caracteriza intervenção de média a alta complexidade, especialmente em ambientes urbanos com clima quente, solo compactado e interferência de obras pesadas. A taxa de sobrevivência obtida (80%) encontra-se dentro do padrão esperado para transplantes urbanos de porte semelhante.

Representação Gráfica da Situação



Relevância Ambiental e Institucional

A intervenção evitou a supressão total da arborização existente na área impactada pela obra, manteve espécies nativas dos biomas Cerrado e Amazônia no espaço urbano e demonstrou a adoção de práticas responsáveis de manejo vegetal durante a execução de obras públicas.

A ação contribui para a qualificação da gestão ambiental urbana e está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, ao promover planejamento urbano responsável e preservação da infraestrutura verde.



4. LABORATÓRIO DE PESQUISAS E SENSORIAMENTO REMOTO

No primeiro semestre de 2025, o Laboratório de Pesquisas e Sensoriamento Remoto consolidou-se como unidade técnica estratégica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável por análises geoespaciais, produção cartográfica e suporte direto às ações de fiscalização, planejamento territorial, regularização ambiental e tomada de decisão administrativa.

Ao longo do período, foram elaborados 68 mapas temáticos oficiais, todos catalogados, validados e incorporados a autos de infração, laudos técnicos, pareceres, processos de licenciamento e estudos ambientais.

Metodologia Técnica

A produção cartográfica seguiu procedimentos padronizados de análise geoespacial, com utilização de:

- imagens dos satélites Sentinel-2, Landsat 8/9, CBERS-4 e PlanetScope;
- composições em falsa cor (FCC);
- bandas NIR e SWIR para análise de umidade, vegetação, cicatrizes de queimadas e degradação ambiental;
- aplicação de índices espectrais (NDVI, SAVI e outros);
- análises multitemporais no período de 2015 a 2025;
- integração dos dados em ambiente QGIS, com banco georreferenciado próprio da SEMMA.

Esses procedimentos garantiram precisão espacial, coerência técnica e confiabilidade para subsidiar decisões administrativas e operacionais.

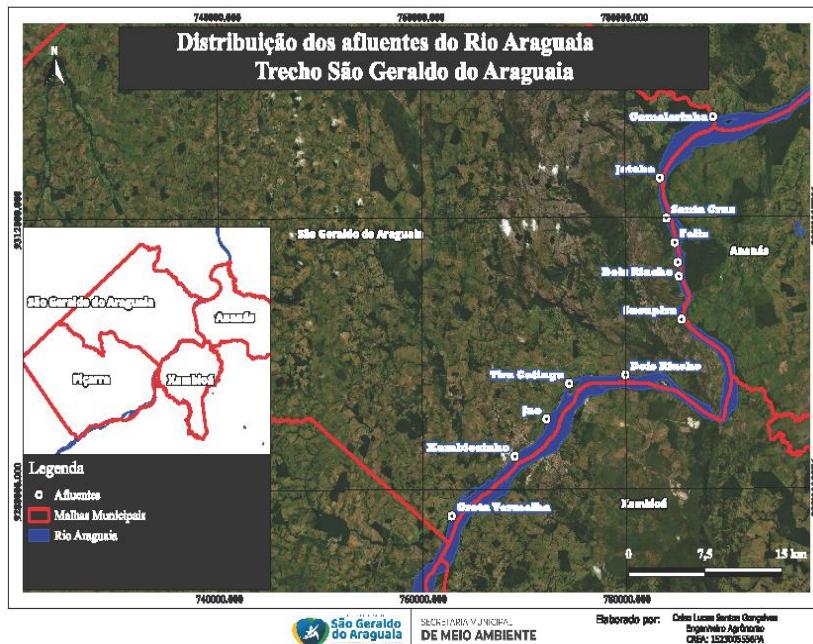
Atividades Desenvolvidas

Produção Cartográfica (68 mapas)

- 14 mapas urbanos das Vilas Fortaleza e Novo Paraíso;
- 11 mapas de CAR e análises fundiárias;
- 9 mapas integrados da APA Araguaia, PESAM e Terra Indígena Sororó;
- 7 mapas de desmatamento (MapBiomass Alerta integrados à vistoria);
- 12 mapas multitemporais (2015–2025);
- 6 mapas de conflitos fundiários;
- 9 mapas de apoio a autos de infração.

Todos os produtos foram utilizados como anexos técnicos em processos administrativos internos.





Mapa elaborado por Celso Lucas em 10/2025. Finalidade: fiscalização do defeso. SEMMA – São Geraldo do Araguaia.”

Gestão Territorial e Regularização Ambiental

- delimitação de perímetros urbanos;
 - mapeamento viário;
 - identificação de áreas prioritárias para expansão urbana;
 - análise da distribuição do CAR e identificação de inconsistências;
 - suporte técnico à regularização ambiental rural;
 - integração de camadas urbanas, rurais e ambientais para licenciamento e fiscalização.

Abrangência Estadual e Unidades de Conservação

- estudos sobre zona de amortecimento da APA Araguaia e do PESAM;
 - análises de competência administrativa entre Estado e Município;
 - mapeamento de corredores ecológicos, fragmentos e áreas degradadas;
 - suporte técnico à recomposição ambiental e ordenamento territorial.

Estudos Multitemporais e Pareceres Técnicos

- cartas-imagem da evolução da cobertura vegetal (2015–2025);
 - subsídios técnicos a PRADs e autos de infração;
 - elaboração de pareceres técnicos com base em evidências geoespaciais, destinados ao MPPA, Procuradoria Municipal e fiscalização.

Apoio a Ações Estratégicas

- monitoramento sistemático de desmatamento via MapBiomas Alerta;
 - validação em campo de áreas críticas;
 - apoio ao MPPA em análises de deriva de herbicidas;
 - estruturação de banco de dados de ocorrências;
 - recomendações técnicas para uso de sensores avançados (multiespectral e LIDAR).

Benefícios e Avanços Institucionais

- fortalecimento da fiscalização ambiental;
- aumento da segurança jurídica dos processos;
- redução de deslocamentos desnecessários;
- reconhecimento institucional dos produtos cartográficos;
- base científica para políticas públicas ambientais;
- suporte técnico para captação de recursos e participação em editais.

O laboratório consolidou-se, em 2025, como núcleo de inovação tecnológica da SEMMA, oferecendo suporte geoespacial permanente às diversas áreas internas.

Contribuição aos ODS: As atividades do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre), ao subsidiar o planejamento territorial, o monitoramento ambiental e o combate ao desmatamento no âmbito municipal.

5. Blitz Ecológica

Período: agosto de 2025

Local da operação: BR-153 – Zona Rural

Instituições parceiras: Território Indígena; Polícia Militar do Estado do Pará; Brigada Prev Fogo; Brigada Ambiental Indígena; Secretaria Municipal de Educação; Departamento Municipal de Trânsito- DMTU; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Domingos do Araguaia; Conselho Municipal de Meio Ambiente – Comverde; escolas municipais; agentes comunitários; equipe técnica da SEMMA.

Introdução

A Blitz Ecológica 2025 integrou o conjunto de ações preventivas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com foco na prevenção de queimadas, na orientação ambiental e na redução de riscos associados ao período de estiagem.

A ação foi realizada em trecho rural da BR-153, envolvendo órgãos públicos, brigadas especializadas, escolas e representantes do Território Indígena. A atuação integrada permitiu abordagens simultâneas de orientação ambiental, fiscalização preventiva e mobilização social.

O objetivo central da blitz foi reduzir a ocorrência de queimadas, diminuir o descarte irregular de resíduos ao longo da rodovia e ampliar a conscientização ambiental de moradores e motoristas que trafegam pela região.

Objetivos da Ação

Objetivo geral

Promover práticas preventivas durante o período de seca, contribuindo para a redução de incêndios florestais e da poluição ambiental.

Objetivos específicos

- Conscientizar motoristas, moradores e estudantes sobre riscos ambientais;
- Reduzir queimadas e emissões atmosféricas associadas;
- Diminuir o descarte irregular de resíduos ao longo da BR-153;



- Reforçar ações municipais de mitigação e adaptação climática;
- Integrar escolas, brigadas e Território Indígena em ações educativas;
- Ampliar a capacidade institucional da SEMMA na prevenção de danos ambientais.

Integração Interinstitucional



Equipe da Blitz Ecológica 2025 durante a operação de orientação e prevenção ambiental na BR-153.
Foto: José Spanner

A operação foi executada de forma integrada entre órgãos ambientais, forças de segurança, brigadas especializadas e organizações comunitárias. Essa articulação possibilitou ações coordenadas de orientação ambiental, troca de informações sobre riscos de queimadas e participação direta de brigadas municipal e indígena, além do envolvimento das escolas e comunidades locais.

O modelo adotado contribuiu para o fortalecimento da governança ambiental e para a ampliação da capacidade municipal de resposta preventiva durante o período crítico de estiagem.

Contribuições para o Clima e a Sustentabilidade

Mitigação

- Redução do risco de incêndios após a realização da blitz;
- Diminuição potencial de emissões atmosféricas;
- Prevenção de impactos negativos na qualidade do ar.

Adaptação

- Orientação da população sobre práticas seguras durante a estiagem;
- Distribuição de materiais informativos;
- Envolvimento de escolas na formação de jovens multiplicadores ambientais.

Resultados Alcançados

- 250 veículos abordados;
- Aproximadamente 1.000 pessoas sensibilizadas;
- 900 materiais educativos distribuídos (500 panfletos, 300 lixocar e 100 cartilhas);
- Redução perceptível do descarte de resíduos às margens da BR-153;
- Participação ativa de escolas, comunidades indígenas e moradores rurais.

Quadro Técnico de Impactos Ambientais e Climáticos



Indicador	Descrição	Impacto Mensurável	Contribuição
Pessoas sensibilizadas	Motoristas, moradores e alunos	1.000 pessoas	Consciência ambiental
Materiais educativos	Panfletos, lixocar e cartilhas	900 unidades	Orientação preventiva
Queimadas após a blitz	Observação pós-operacional	Nenhum registro	Mitigação de emissões
Articulações institucionais	Órgãos envolvidos	6 instituições	Governança ambiental
Educação em escolas	Turmas envolvidas	3 escolas	Formação de multiplicadores
Participação indígena	Território participante	1 território	Valorização cultural

Avaliação Técnica

A Blitz Ecológica 2025 integrou ações de fiscalização, prevenção e educação ambiental, reduziu riscos de incêndios em trecho crítico da BR-153 e contribuiu para a melhoria da qualidade ambiental local. A ação reforçou o papel institucional da SEMMA como órgão preventivo e evidenciou a importância da participação dos povos indígenas e das comunidades locais na gestão ambiental.

ODS relacionados:

A ação contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre).

6. Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas (APA Barreiro das Antas)

Criação: Lei Municipal nº 031/1990

Área aproximada: 153 hectares

Órgão gestor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Categoria: Unidade de Conservação de Uso Sustentável

Contextualização Institucional

A Área de Proteção Ambiental Barreiro das Antas foi criada em 1990, por meio da Lei Municipal nº 031/1990, constituindo uma das primeiras iniciativas municipais de criação de unidade de conservação de uso sustentável no contexto regional. Sua instituição antecede a consolidação de políticas ambientais municipais na Amazônia, refletindo iniciativa pioneira do município no campo da gestão ambiental descentralizada.

A gestão da APA é exercida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com atribuições relacionadas à coordenação administrativa e técnica, fiscalização ambiental, planejamento territorial e proteção da integridade ecológica e hídrica da área.



Importância Ecológica e Socioambiental

A APA Barreiro das Antas abriga áreas úmidas associadas ao igarapé Xambioazinho, principal



Foto: José Spanner - Cacau do Mato

manancial de abastecimento público de São Geraldo do Araguaia. Inserida em zona de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, a unidade desempenha papel relevante na regulação hídrica, no controle de processos erosivos e de assoreamento, na conservação da biodiversidade nativa e na proteção de áreas de interesse paisagístico, educativo e científico.

Proposta Técnica de Ampliação e Conectividade Ecológica

Em 2025, a SEMMA iniciou estudos técnicos voltados à ampliação da APA Barreiro das Antas, considerando o curso do igarapé Xambioazinho como eixo de conectividade ambiental. A proposta em análise busca estabelecer corredor ecológico contínuo entre áreas protegidas adjacentes, com o objetivo de ampliar a proteção das nascentes, da vegetação ripária e dos fragmentos naturais

associados ao sistema hídrico.

Entre os objetivos técnicos da proposta destacam-se a melhoria da conectividade ecológica, a redução de riscos de assoreamento e contaminação hídrica, o fortalecimento da vegetação ciliar e a integração do sistema municipal de áreas protegidas.

Gestão Municipal e Avanços Recentes

No exercício de 2025, a APA Barreiro das Antas foi cadastrada no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), assegurando seu reconhecimento institucional e integração ao sistema nacional. No mesmo período, foram iniciadas tratativas para a instalação do Conselho Gestor da unidade, com vistas à implementação de modelo de gestão participativa. Também foram iniciadas articulações com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) para elaboração do Plano de Manejo da APA, a ser desenvolvido com base em diagnóstico técnico-científico e processos participativos, incluindo oficinas, levantamentos de campo e consultas comunitárias.

Outras ações desenvolvidas incluem atividades educativas com escolas municipais, monitoramento ambiental por sensoriamento remoto em parceria com a UNIFESSPA e o laboratório municipal, além da identificação de áreas prioritárias para restauração ambiental ao longo do igarapé Xambioazinho.

Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento institucional da APA Barreiro das Antas e para a consolidação de sua gestão no âmbito da política ambiental municipal.

ODS relacionados: ODS 6, 11, 13, 15 e 17



7. LEI MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO TUCUNARÉ (PROIBIÇÃO DA PESCA POR 3 ANOS)

Município: São Geraldo do Araguaia – PA

Órgão gestor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)

Vigência: 2025–2027

Abrangência: Rio Araguaia e afluentes em território municipal

Base legal: Lei Municipal nº 591/2025

Instituições parceiras: Câmara Municipal; Secretaria Municipal de Agricultura; Colônia de Pescadores Z-38

Contextualização da Política Pública

Diante da redução dos estoques de tucunaré (Cichla spp.) no rio Araguaia e da intensificação da pressão pesqueira, comercial e esportiva, o município instituiu, em 2024, legislação proibindo a pesca da espécie pelo período de três anos. A medida foi fundamentada em análises técnicas da SEMMA, que incluíram:

- registros de vistorias e monitoramento de desembarques;
- avaliações ambientais em áreas críticas;
- diálogo com pescadores e dirigentes da Colônia Z-38;
- constatação da redução populacional da espécie.



Audiência pública sobre a Lei Municipal de Proteção do Tucunaré, realizada na Câmara dos Vereadores.

Foto: José Spanner.

Audiência Pública – junho/2025

A audiência pública foi organizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), em parceria com a Câmara Municipal, vereadores, Secretaria Municipal de Agricultura, Colônia de Pescadores Z-38, comerciantes, comunidades ribeirinhas e demais secretarias municipais. O encontro reforçou a legitimidade social da lei e demonstrou a necessidade de proteção emergencial do tucunaré, visando a conservação ambiental e a sustentabilidade econômica local.



Objetivos da Lei

Objetivo Geral

Restabelecer o equilíbrio ecológico do rio Araguaia por meio da recuperação populacional do tucunaré.

Objetivos Específicos

- recuperar os estoques naturais da espécie;
- reduzir a sobrepesca e seus impactos na ictiofauna;
- proteger áreas de reprodução e berçários naturais;
- reforçar o turismo ecológico e a pesca sustentável;
- promover educação ambiental junto à população;
- prevenir desequilíbrios ecossistêmicos decorrentes da redução de predadores naturais.

Execução e Fiscalização

A SEMMA coordena a aplicação da lei, articula instituições parceiras e desenvolve ações de fiscalização e educação ambiental.

Ações realizadas

- fiscalizações integradas com a Polícia Militar;
- campanhas educativas em comunidades ribeirinhas, escolas, feiras e eventos;
- entrega da lei impressa a pescadores, comerciantes e visitantes;
- monitoramento sistemático de desembarques;
- ações conjuntas com a Brigada Fogo Zero para ampliar a presença institucional no território.

As ações resultaram em redução significativa das capturas ilegais ao longo de 2025, demonstrando alto nível de adesão comunitária.

Impactos Ambientais e Sociais

Impactos Ambientais

- recuperação gradual dos estoques de tucunaré;
- aumento da diversidade aquática em pontos monitorados;
- proteção de habitats reprodutivos;
- melhoria da estabilidade ecológica nas áreas avaliadas.

Impactos Sociais

- fortalecimento do protagonismo dos pescadores na governança ambiental;
- valorização do turismo de pesca esportiva não extrativista;
- ampliação da consciência comunitária sobre conservação pesqueira;
- estímulo à corresponsabilidade ambiental no território.

Cooperação Intermunicipal e Expansão Regional



A política adotada pelo município estimulou articulações com municípios do Pará e do Tocantins, resultando em:

- alinhamento de normas pesqueiras ao longo do rio Araguaia;
- construção de pactos intermunicipais de proteção da ictiofauna;
- articulação com órgãos estaduais e federais;
- formação de base comum de monitoramento e dados;
- incentivo à criação de um corredor ecológico-pesqueiro interestadual.

Essas ações ampliam a governança ambiental e fortalecem a proteção do rio Araguaia em escala de bacia.

Contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):

A Lei Municipal de Proteção do Tucunaré contribui para o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ao proteger a qualidade ecológica do rio Araguaia; ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ao fortalecer a governança ambiental local; ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao disciplinar a atividade pesqueira; ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), ao reduzir pressões ambientais associadas à degradação dos ecossistemas aquáticos; ODS 14 (Vida na Água), pela conservação da ictiofauna; ODS 15 (Vida Terrestre), pela manutenção do equilíbrio ecológico; e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), por meio da cooperação interinstitucional e intermunicipal.

8. INÍCIO DA REGULARIZAÇÃO DA VILA SANTA CRUZ E COMUNIDADES EXTRATIVISTAS

Abrangência: Vila Santa Cruz, Comunidade Santa Cruz Centenária e Comunidades Extrativistas do Eixo Araguaia

Parceiros: SPU, INCRA, IDEFLOR-Bio, SEMAS-PA, Associação dos Moradores e Produtores da APA Araguaia, lideranças comunitárias locais

O processo de regularização fundiária e ambiental da Vila Santa Cruz e das comunidades extrativistas do Eixo Araguaia teve início após solicitação formal dos moradores em 27 de janeiro de 2025, durante reunião com as lideranças da comunidade de Santa Cruz.

A demanda partiu das famílias tradicionais, que reivindicaram:

- reconhecimento oficial das áreas de moradia;
- regularização das áreas de uso comum e produtivo;
- proteção das áreas extrativistas tradicionais;
- segurança jurídica para permanência e continuidade das práticas ribeirinhas.

A partir desse pedido, a SEMMA iniciou o processo técnico em articulação com SPU, INCRA e MPE.

Etapas da Regularização

A SEMMA, com apoio dos órgãos parceiros, iniciou os procedimentos técnicos necessários ao reconhecimento formal das comunidades.

Etapas em andamento



- delimitação territorial da Vila Santa Cruz e da Comunidade Santa Cruz Centenária;
- levantamento das áreas de moradia, uso comum, várzeas e áreas produtivas;
- mapeamento geoespacial das rotas extrativistas e zonas de pesca artesanal;
- registro das ocupações consolidadas e perfis socioambientais;
- identificação de sobreposições com áreas da União e com a APA Araguaia;
- estruturação documental para encaminhamento junto à SPU e ao INCRA.

O objetivo é construir base técnica para regularização plena, assegurando direitos territoriais às comunidades.



Reunião técnica interinstitucional voltada ao alinhamento de ações de regularização fundiária, envolvendo a SPU, o INCRA, a Procuradoria do Município de São Geraldo do Araguaia, o Departamento de Terras, a Secretaria Municipal de Administração e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Foto: José Spanner

Integração

Institucional

A regularização ocorre por meio de cooperação direta com:

- SPU, para reconhecimento das áreas da União ocupadas tradicionalmente;
- INCRA, para análise fundiária e consolidação de limites;
- IDEFLOR-Bio para compatibilização com a gestão da APA Araguaia;
- Associação de Moradores, para articulação comunitária e documentação local.

Essa integração garante que todas as etapas sejam conduzidas com segurança jurídica, transparência e participação social.

Benefícios Esperados da Regularização

- segurança jurídica para famílias extrativistas e ribeirinhas;
- reconhecimento oficial das áreas de moradia e dos usos tradicionais;
- prevenção de conflitos fundiários;
- fortalecimento das atividades produtivas tradicionais;
- ordenamento territorial para futuras políticas públicas;
- melhoria da gestão de áreas de várzea e rotas extrativistas;
- participação direta da comunidade nas decisões territoriais.

ODS relacionados: 1, 5, 10, 11, 13, 15 e 17



9. PROGRAMA DE COLETA DE RESÍDUOS ELETRÔNICOS (E-LIXO)

Abrangência: escolas municipais, prédios públicos, comunidades urbanas e rurais
Destino final: Polo de Reciclagem Tecnológica de Manaus (AM)

Parceiros: Instituto Descarte; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria de Obras; Defesa Civil; empresas privadas; voluntários comunitários

O Programa Municipal de Coleta de Resíduos Eletrônicos foi instituído pela SEMMA como ação estruturante da política municipal de gestão de resíduos sólidos e implementação da logística reversa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

A iniciativa teve início durante a 1ª Gincana Ecológica Municipal, realizada no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho de 2025), envolvendo escolas, órgãos públicos, voluntários e moradores de diversas regiões do município.



Foto: José Spanner - Material recolhido pela Escola Ferreira Lima, vencedora da Gincana Ecológica.

A mobilização resultou em coleta significativa de resíduos eletrônicos, culminando na formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a SEMMA e o Instituto Descarte, responsável pela triagem, certificação ambiental e transporte dos materiais até o Polo de Reciclagem Tecnológica de Manaus (AM).

Conforme estabelecido no ACT, parte dos equipamentos recicláveis é recondicionada e retorna às escolas

municipais em forma de computadores funcionais, fortalecendo a inclusão digital e a economia circular.

Objetivos do Programa

- Evitar a contaminação do solo e da água por metais pesados presentes em resíduos eletrônicos;
- Estruturar a logística reversa municipal com destino ambientalmente adequado;
- Promover educação ambiental voltada ao ciclo de vida dos eletrônicos;
- Reduzir o descarte irregular de resíduos perigosos;
- Integrar o município às rotas sustentáveis de reciclagem tecnológica da Amazônia;
- Contribuir para ações climáticas por meio da redução de poluentes e recuperação de materiais.

Estrutura e Logística de Operação

O programa foi desenvolvido em modelo de campanha contínua, com pontos fixos de coleta e ações de mobilização em datas temáticas.

Campanha de Sensibilização e Arrecadação



- Ação executada durante o Dia Mundial do Meio Ambiente;
- Instalação de tenda de coleta em frente à SEMMA durante toda a Semana do Meio Ambiente;
- Participação ativa das escolas municipais por meio da Gincana Ecológica;
- Divulgação em rádios locais, redes sociais institucionais e materiais educativos.

Triagem e Acondicionamento Seguro

- Separação técnica de pilhas, baterias, placas, cabos e equipamentos completos;
- Apoio de catadores capacitados e equipe da SEMMA;
- Armazenamento temporário em área segura sob responsabilidade da Secretaria de Obras.

Transporte Especializado

- Transporte realizado pelo Instituto Descarte, com rastreamento e certificação ambiental;
- Tipos de resíduos coletados: computadores, monitores, televisores, impressoras, cabos, pilhas, baterias, tablets e pequenos eletrodomésticos.

Resultados Obtidos (2025)

Indicador	Descrição / Unidade	Resultado	Impacto Ambiental e Climático
Resíduos eletrônicos coletados	Quantidade total (kg)	1.430 kg (1,43 t)	Redução da contaminação por metais pesados
Instituições participantes	Escolas, órgãos públicos, empresas	18	Engajamento institucional e cidadania climática
Comunidades envolvidas	Urbanas e rurais	7	Ampliação territorial da coleta
Ações educativas	Oficinas e palestras	10	Alfabetização ecológica digital
Destinação final	Polo de Manaus	100% dos resíduos	Economia circular e recuperação tecnológica

Educação Ambiental e Participação Social

- Oficinas sobre o ciclo de vida dos eletrônicos;
- Palestras sobre riscos do descarte irregular e impactos à saúde;
- Campanhas de rádio e mídias digitais da SEMMA;
- Premiação das escolas participantes da Gincana Ecológica;
- Formação de multiplicadores ambientais;
- Divulgação periódica dos resultados para incentivar novas doações.

Relevância Climática e Regional

Os resíduos eletrônicos são fontes significativas de metais pesados — como chumbo, cádmio e mercúrio — e podem liberar gases tóxicos quando descartados de forma incorreta.

O programa contribui para:

- redução de emissões de CO₂ e substâncias tóxicas;



- proteção da saúde pública e dos recursos hídricos;
- fortalecimento da reciclagem tecnológica na Amazônia;
- integração do município ao ciclo sustentável do Polo Industrial de Manaus;
- inclusão digital por meio da devolução de computadores recondicionados.

O Programa E-Lixo contribui diretamente para os ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis) e 11 (Cidades Sustentáveis), ao estruturar a logística reversa municipal, além de apoiar os ODS 4, 9, 13 e 17 por meio da educação ambiental, inovação tecnológica, mitigação de impactos climáticos e parcerias institucionais.

10. AÇÃO DE DESOCUPAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE “MÓIA FARINHA”

Abrangência: Área urbana e de transição – Área de Preservação Permanente (APP) do Igarapé Xambioazinho

Órgãos e instituições envolvidas: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Ministério Público, Defesa Civil, Secretaria Municipal de Obras e Polícia Militar.

A área denominada Móia Farinha, localizada em zona de expansão urbana do município de São Geraldo do Araguaia, foi identificada, no período de 2024 a 2025, como área com ocorrência de ocupações irregulares em Área de Preservação Permanente (APP) associada ao igarapé Xambioazinho que constitui um dos principais corpos hídricos urbanos do município, exercendo função ambiental relevante na drenagem, na proteção hídrica e na estabilidade ambiental da área urbana. As vistorias técnicas realizadas identificaram, na área em questão, intervenções incompatíveis com a legislação ambiental, tais como supressão de vegetação nativa, exposição e compactação do solo e risco de processos erosivos e assoreamento.

Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente promoveu a adoção de medidas administrativas e técnicas voltadas à proteção da APP, com fundamento no Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), na Lei nº 9.605/1998 e na Lei Municipal nº 396/2013, em articulação com os demais órgãos competentes.

Medidas Administrativas e Técnicas Adotadas

a) Notificação e orientação

- Realização de notificações administrativas relativas às ocupações identificadas na APP;
- Orientação aos ocupantes quanto à vedação legal de uso e ocupação de Área de Preservação Permanente;
- Atuação conjunta com o Ministério Público, Defesa Civil e Polícia Militar, assegurando regularidade administrativa, segurança institucional e mediação social.

b) Desmobilização das ocupações

- Desmobilização das ocupações irregulares existentes na área da APP;
- Acompanhamento institucional durante o processo, sem registro de conflitos;
- Encaminhamento das situações sociais aos órgãos competentes da política pública municipal.

c) Recuperação ambiental da APP

- Implementação de ações de recuperação ambiental da área degradada;



- Lançamento de aproximadamente 3.000 sementes de açaí, visando estimular a regeneração natural da vegetação;
- Plantio de 245 mudas de espécies nativas, incluindo ipê, jatobá, ingá e outras espécies regionais;
- Adoção de técnicas de regeneração natural assistida e enriquecimento florestal.

d) Isolamento e monitoramento

- Instalação de elementos físicos de proteção e sinalização ambiental;
- Inclusão da área em rotina de monitoramento ambiental, com apoio do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto;
- Programação de vistorias periódicas para prevenção de novas ocupações irregulares.

e) Educação ambiental e participação social

- Realização de ações educativas voltadas à proteção de APPs urbanas;
- Envolvimento de escolas, voluntários e grupos comunitários em atividades de plantio e sensibilização ambiental;
- Divulgação de orientações sobre a importância da preservação do igarapé Xambioazinho.

Resultados Registrados no Exercício de 2025

Indicador	Registro
Ocupações irregulares identificadas e desmobilizadas	30
Área de APP objeto de recuperação ambiental	Aproximadamente 5 hectares
Mudas nativas plantadas	245
Sementes utilizadas para regeneração natural	Aproximadamente 3.000
Monitoramento ambiental	Rotina periódica estabelecida

Considerações Técnicas

As medidas adotadas na área da Móia Farinha integraram o conjunto de ações administrativas e técnicas desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente no exercício de 2025, com foco na proteção de Áreas de Preservação Permanente urbanas, na prevenção de processos de degradação ambiental e no cumprimento da legislação ambiental vigente.

A atuação foi conduzida de forma articulada entre os órgãos municipais e parceiros institucionais, respeitando os procedimentos administrativos, os fundamentos legais aplicáveis e as diretrizes da política ambiental municipal.

ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 17 (Parcerias).

11. GEOPARQUE ARAGUAIA

Abrangência territorial: Estados do Pará e Tocantins

Municípios envolvidos: São Geraldo do Araguaia (PA), Piçarra (PA), Brejo Grande do Araguaia (PA), Xambioá (TO) e Ananás (TO)

Instituições com participação técnica: UNIFESSPA, UFPA, UNITINS, IDEFLOR-Bio, Naturatins, CPRM/SGB e administrações municipais



Registro das Articulações Institucionais – 2025

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia participou de articulações técnicas preliminares relacionadas à proposta denominada Geoparque Araguaia – Serra das Andorinhas, iniciativa em fase inicial de discussão acadêmica e institucional, sem formalização jurídica ou administrativa.

As tratativas envolveram universidades e órgãos técnicos dos estados do Pará e Tocantins, com foco na troca de informações científicas, no reconhecimento preliminar de atributos geológicos, ambientais, culturais e arqueológicos da região e na análise de possibilidades futuras de cooperação interinstitucional.

A participação da SEMMA ocorreu exclusivamente no papel de apoio técnico e articulação territorial, sem que tenha sido instituído, no âmbito municipal, qualquer programa, projeto formal, instância de governança ou compromisso institucional relacionado à criação de geoparque.

Elementos Técnicos Considerados nas Discussões

Durante as interlocuções técnicas, foram mencionados, de forma preliminar, aspectos associados ao território regional, tais como:

- ocorrências geológicas e geomorfológicas na Serra das Andorinhas;
- presença de áreas naturais protegidas estaduais e municipais;
- registros arqueológicos em processo de levantamento por instituições acadêmicas;
- existência de comunidades ribeirinhas, agrícolas e tradicionais.

Tais informações possuem caráter exploratório, não configurando inventário oficial, diagnóstico consolidado ou delimitação técnica validada.

Situação Institucional

Até o encerramento do exercício de 2025:

- não houve formalização de geoparque em âmbito municipal, estadual ou federal;
- não foi instituída governança específica;
- não foram firmados acordos ou instrumentos jurídicos relacionados ao tema;
- não houve submissão de candidatura a organismos internacionais, incluindo a UNESCO.

Qualquer eventual reconhecimento internacional constitui possibilidade futura, condicionada a etapas técnicas, científicas, institucionais e governamentais próprias, alheias à execução administrativa da SEMMA no período avaliado.

A menção ao Geoparque Araguaia neste Relatório Anual tem como finalidade registrar a participação da SEMMA em diálogos técnicos iniciais, no contexto de articulações acadêmicas e interinstitucionais ocorridas em 2025, sem gerar obrigações administrativas, compromissos institucionais ou expectativas formais quanto à implementação do referido conceito no território municipal.

ODS relacionados: ODS 4, ODS 8, ODS 11, ODS 13, ODS 15 e ODS 17.



12. PLANOS OPERACIONAIS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DAS PRAIAS – VERANEIO 2025

Locais: Praia da Gaivota e Praia da Vila de Santa Cruz
Órgãos e parceiros envolvidos: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria Municipal de Educação, catadores, Brigada Fogo Zero, Defesa Civil, instituições de ensino, comunidade local e parceiros privados



Foto José Spanner - Levantamento de dados em campo

Durante o Veraneio 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente implementou planejamento operacional específico para a gestão de resíduos sólidos nas praias da Gaivota e da Vila de Santa Cruz, em razão do aumento temporário do fluxo de visitantes e da intensificação do uso público dessas áreas.

As ações foram desenvolvidas de forma integrada com as secretarias municipais e parceiros institucionais, com o objetivo de ordenar a coleta, o acondicionamento e a destinação dos resíduos gerados durante o período, bem como reduzir o descarte inadequado no rio Araguaia e em áreas adjacentes.

Considerando a inexistência de aterro sanitário municipal, as medidas adotadas priorizaram soluções operacionais compatíveis com a realidade local, voltadas à prevenção de danos ambientais durante eventos de grande público.

Diretrizes Operacionais Adotadas

As ações de gestão de resíduos durante o Veraneio 2025 foram organizadas a partir dos seguintes eixos operacionais:

a) Educação e orientação ambiental

- Realização de campanhas educativas direcionadas a banhistas, comerciantes e moradores;
- Participação de escolas municipais e da Brigada Fogo Zero em ações de orientação ambiental;
- Distribuição de informações sobre descarte adequado e uso responsável dos espaços públicos.

b) Logística de coleta e destinação

- Definição de rotas, horários e pontos de coleta específicos para o período do veraneio;
- Apoio operacional da Secretaria Municipal de Obras;
- Participação de catadores nas ações de coleta seletiva, de latas de alumínio.

c) Inclusão dos catadores e garis

- Integração dos catadores e garis nas atividades de coleta durante o período;



- Organização da coleta seletiva de materiais recicláveis, conforme viabilidade operacional;
- Reconhecimento da atuação desses trabalhadores no manejo dos resíduos gerados.

d) Monitoramento operacional

- Acompanhamento diário da geração de resíduos nas praias;
- Registros operacionais realizados pela equipe da SEMMA durante o período do veraneio;
- Ajustes contínuos das rotinas conforme a demanda observada.

Ações Realizadas por Localidade

Praia da Gaivota

- Instalação de tambores, lixeiras e sinalização ambiental;
- Atuação integrada com a Brigada Fogo Zero na prevenção de queimadas;
- Campanha educativa vinculada aos eventos de pesca esportiva;
- Coleta seletiva com foco em latas de alumínio;
- Monitoramento ambiental contínuo durante o período do veraneio.

Praia da Vila de Santa Cruz

- Ordenamento das áreas destinadas a barracas e uso comercial temporário;
- Realização de blitz ambiental educativa com apoio das escolas;
- Integração com ações de educação ambiental desenvolvidas no território.

Resultados Operacionais Registrados

Os registros operacionais do período indicam:

- redução significativa do volume de resíduos abandonados em relação ao veraneio anterior, com base em observações comparativas de campo;
- participação direta de aproximadamente 25 catadores nas ações de coleta seletiva;
- envolvimento estimado de cerca de 600 banhistas e 50 comerciantes nas ações educativas;
- participação de aproximadamente 500 alunos em atividades de educação ambiental;
- inexistência de registros de queimadas em áreas de camping e acessos às praias durante o período monitorado.

Considerações Técnicas

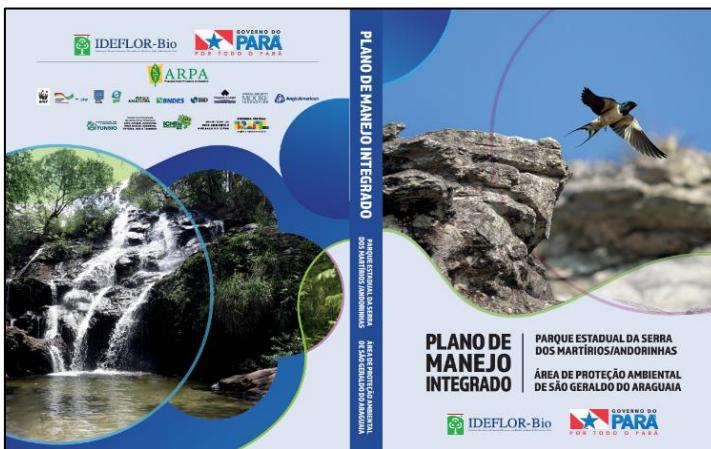
As ações desenvolvidas durante o Veraneio 2025 integraram o conjunto de medidas operacionais adotadas pela SEMMA para mitigar impactos ambientais associados ao uso intensivo das praias, dentro das limitações estruturais do município e da natureza temporária do evento.

Os dados apresentados possuem caráter estimativo e operacional, decorrentes de registros de campo e acompanhamento direto das equipes técnicas, não se caracterizando como inventário formal de resíduos ou estudo de impacto ambiental.

ODS relacionados: ODS 6, ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15 e ODS 17.



13. LEVANTAMENTO TÉCNICO DE INCONSISTÊNCIAS DO PLANO DE MANEJO



Capa do Plano de Manejo Integrado do PESAM e da APA Araguaia (IDEFLOR-Bio)

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia realizou análise técnica interna do Plano de Manejo Integrado do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e da Área de Proteção Ambiental Araguaia, com o objetivo de subsidiar a atuação municipal em temas relacionados ao ordenamento territorial, licenciamento,

fiscalização ambiental e gestão de conflitos no território.

A atividade foi desenvolvida no âmbito da Diretoria de Licenciamento Ambiental, com apoio do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto e das equipes de fiscalização, consistindo em levantamento técnico sistematizado de pontos de atenção, inconsistências e divergências interpretativas identificadas durante a aplicação prática do Plano de Manejo nas rotinas administrativas do município.

Caracterização do Levantamento Técnico

O levantamento resultou na identificação de conjunto expressivo de inconsistências técnicas, organizadas para fins de análise interna e diálogo institucional, distribuídas nas seguintes categorias analíticas:

- aspectos jurídicos, relacionados à interpretação normativa e compatibilização com legislações federais, estaduais e municipais;
- aspectos técnicos, associados a zoneamento, metodologia e critérios de análise ambiental;
- aspectos cartográficos, envolvendo limites, representação espacial e sobreposições territoriais;
- aspectos fundiários, relacionados à incidência de zonas sobre áreas privadas, comunitárias e de uso tradicional;
- aspectos ambientais, referentes à atualização e suficiência de dados técnicos;
- aspectos de gestão e governança, vinculados à definição de atribuições e instrumentos operacionais;
- aspectos de redação, clareza e coerência textual.

As inconsistências identificadas não constituem juízo conclusivo sobre o Plano de Manejo, mas refletem dificuldades práticas observadas durante sua aplicação no contexto municipal.

Metodologia Aplicada



A análise técnica foi estruturada a partir de procedimento interno padronizado, com as seguintes etapas:

- I. Leitura técnica individualizada do documento integral do Plano de Manejo;
- II. Classificação das inconsistências por categoria analítica;
- III. Registro em matriz técnica contendo identificação, transcrição do trecho analisado, observação técnica, sugestão de adequação e referência normativa;
- IV. Análise geoespacial comparativa realizada no Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto;
- V. Verificação normativa com base na Lei nº 9.985/2000, Decreto nº 4.340/2002 e legislações correlatas;
- VI. Consolidação dos resultados em relatório técnico preliminar.

Articulação Institucional

Os resultados do levantamento técnico foram compartilhados de forma institucional com o IDEFLOR-Bio, com o objetivo de subsidiar o diálogo técnico e contribuir para o aprimoramento contínuo dos instrumentos de gestão das unidades de conservação.

No decorrer de 2025, foram realizadas reuniões técnicas de alinhamento entre a SEMMA e o Instituto, bem como apresentações dos pontos levantados em espaços institucionais, sempre com enfoque colaborativo e construtivo.

Considerações Institucionais

O levantamento técnico realizado pela SEMMA constitui instrumento de apoio à atuação municipal, não possuindo caráter deliberativo, normativo ou substitutivo em relação ao Plano de Manejo vigente.

A iniciativa reforça a importância do diálogo técnico permanente entre Município e Estado, contribuindo para a harmonização das ações de gestão territorial, a segurança jurídica das decisões administrativas e o fortalecimento da governança ambiental compartilhada no território.

Encaminhamentos Registrados

- realização de reuniões técnicas de alinhamento institucional;
- compartilhamento dos resultados preliminares com o órgão gestor estadual;
- definição conjunta de continuidade do diálogo técnico ao longo de 2026;
- avaliação da possibilidade de construção colaborativa de plano de trabalho futuro, a ser definido pelos órgãos competentes.

ODS relacionados: ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 17 (Parcerias).

14. COOPERAÇÃO TÉCNICA E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia manteve e desenvolveu articulações institucionais e instrumentos de cooperação técnica com entidades públicas, acadêmicas e da sociedade civil, com a finalidade de apoiar tecnicamente a atuação municipal, respeitadas as competências legais de cada instituição envolvida.

As iniciativas descritas neste item compreendem instrumentos formalizados, tratativas em andamento e diálogos técnicos institucionais, registrados para fins de transparência



administrativa e prestação de contas, sem gerar obrigações além daquelas expressamente pactuadas em instrumentos próprios.

Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Descarte – Resíduos Eletroeletrônicos

Em 2025, a SEMMA firmou Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Descarte, com objeto específico voltado à gestão ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos (REEE) no município de São Geraldo do Araguaia.

O ACT tem como finalidade apoiar ações municipais de mobilização social, educação ambiental, coleta orientada e destinação ambientalmente adequada de equipamentos eletroeletrônicos descartados, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

No âmbito da cooperação estabelecida:

- a SEMMA realizou a mobilização comunitária, ações educativas e a organização da coleta dos resíduos eletroeletrônicos no município;
- o Instituto Descarte assumiu a logística de transporte dos materiais coletados até o polo de destinação ambientalmente adequada localizado em Manaus (AM), assegurando tratamento e descarte conforme a legislação ambiental vigente;
- como ação socioambiental complementar, o Instituto Descarte realizou doação de equipamentos de informática recondicionados, destinados a campanhas de educação ambiental e ações formativas desenvolvidas pelo Município.

A doação dos equipamentos ocorreu sem caráter de contraprestação financeira, não configurando remuneração, permuta ou pagamento pelos serviços de destinação ambiental, tratando-se de iniciativa voluntária de responsabilidade socioambiental, observadas as normas administrativas e patrimoniais aplicáveis.

O ACT possui escopo temático delimitado aos resíduos eletroeletrônicos, não abrangendo a totalidade da política municipal de resíduos sólidos, não substituindo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nem implicando transferência de competências ou obrigações financeiras automáticas ao Município.

Ação Educativa no Dia Mundial do Meio Ambiente – Gincana Ecológica de Resíduos Eletroeletrônicos

No âmbito das ações vinculadas ao ACT, a SEMMA promoveu, em 5 de junho de 2025, atividade educativa em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, consistente na realização de gincana ecológica com foco na arrecadação orientada de resíduos eletroeletrônicos.

A atividade foi desenvolvida exclusivamente com as escolas municipais da zona urbana, com caráter pedagógico, tendo como objetivos:

- promover a educação ambiental aplicada sobre os impactos do descarte inadequado de equipamentos eletroeletrônicos;
- orientar alunos, professores e famílias quanto às formas corretas de descarte;
- estimular a participação das unidades escolares em ações ambientais de responsabilidade compartilhada.

A arrecadação ocorreu de forma pontual, supervisionada e organizada, sem caráter permanente, sendo os materiais posteriormente integrados à logística de destinação ambientalmente



adequada prevista no ACT vigente. A ação não se caracteriza como campanha regular de coleta, nem substitui serviços contínuos ou políticas públicas estruturantes.

Articulação Institucional com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Ao longo de 2025, a SEMMA manteve diálogo técnico e institucional com a UNIFESSPA, com vistas à avaliação da possibilidade de futura formalização de Acordo de Cooperação Técnica, ainda em fase de tratativas.

As discussões envolveram, de forma preliminar, cooperação acadêmica em análises ambientais e territoriais, participação de docentes e discentes em atividades de pesquisa e extensão, e apoio técnico-científico a estudos ambientais de interesse municipal. Não houve formalização de ACT no período.

Diálogo Técnico com o IDEFLO-Bio

Em 2025, a SEMMA manteve diálogo técnico contínuo com o IDEFLO-Bio, especialmente no contexto de temas relacionados à gestão do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e da Área de Proteção Ambiental Araguaia.

As interlocuções tiveram como finalidade o alinhamento técnico-institucional, o esclarecimento de procedimentos e a troca de informações técnicas para apoio à atuação municipal. Eventual formalização de instrumento específico foi objeto apenas de avaliação preliminar.

Instrumento de Cooperação com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

No exercício de 2025, foi formalizado instrumento de cooperação técnica entre a SEMMA e a SEDEME, voltado ao apoio ao ordenamento das atividades minerárias no território municipal, respeitadas as competências legais estaduais e federais.

A cooperação contempla acesso a informações oficiais, apoio técnico à análise integrada de demandas relacionadas à mineração, alinhamento de diretrizes sobre mineração artesanal e atuação coordenada para prevenção e enfrentamento de irregularidades. O instrumento possui caráter técnico e informativo.

Síntese das Articulações Registradas em 2025

- formalização de instrumentos de cooperação com o Instituto Descarte e a SEDEME;
- execução de ações concretas de coleta e destinação ambientalmente adequada de resíduos eletroeletrônicos, incluindo ação educativa com escolas;
- manutenção de diálogos técnicos com a UNIFESSPA e o IDEFLO-Bio;
- ampliação do apoio técnico à atuação municipal em resíduos eletroeletrônicos, pesquisa aplicada, unidades de conservação e ordenamento minerário.

Considerações Institucionais

As cooperações e articulações descritas integram o conjunto de ações administrativas da SEMMA em 2025, com a finalidade de qualificar a atuação municipal, respeitando os limites legais, as competências institucionais e a autonomia dos entes parceiros. As informações possuem caráter registral e descritivo, não configurando promessa de execução futura ou ampliação automática de escopo.



ODS relacionados: ODS 11, ODS 12, ODS 13, ODS 15 e ODS 17.

15. FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS COM ATUAÇÃO AMBIENTAL

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia desenvolveu ações voltadas ao fortalecimento da participação institucional em conselhos e instâncias colegiadas que possuem interface direta ou indireta com a política ambiental municipal.

A atuação da SEMMA concentrou-se no apoio técnico, na representação institucional e na articulação intersetorial, respeitando as competências legais de cada colegiado e promovendo maior integração entre as políticas ambientais, urbanísticas, territoriais, habitacionais e de desenvolvimento rural.

Essas ações contribuíram para o aprimoramento da governança pública local, em consonância com os princípios de gestão descentralizada, participação social e controle social previstos na legislação ambiental e administrativa vigente.

Conselhos e Instâncias Colegiadas com Participação da SEMMA

Durante o ano de 2025, a SEMMA participou, por meio de representação institucional, dos seguintes conselhos e instâncias colegiadas:

- COMVERDE – Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- CONCIDADE SAGA – Conselho Municipal das Cidades;
- CDMRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conselho Municipal do Plano Diretor;
- Conselho Municipal de Habitação;
- Comissão do Plano Primeira Infância;
- Fopesmma – Fórum Permanente dos Secretários Municipais de Meio Ambiente;
- Fopesmma - Diretoria Regional Carajás (23 municípios) – São Geraldo é representante da Regional Carajás no Fórum.

A presença da SEMMA nesses colegiados possibilitou a incorporação da variável ambiental em processos decisórios relacionados ao uso e ocupação do solo, planejamento urbano, regularização fundiária, desenvolvimento rural, habitação e políticas estruturantes do município e estado.

Criação e Estruturação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA)

No exercício de 2025, foi promovida a criação formal do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), instrumento de natureza financeira destinado a apoiar a implementação da política ambiental municipal, nos termos da legislação local.

O FMMA foi concebido como mecanismo para:

- viabilizar a captação e aplicação de recursos em ações ambientais;
- apoiar programas e projetos de educação ambiental, arborização urbana, recuperação de áreas degradadas e fiscalização;



- organizar a execução financeira de iniciativas ambientais no âmbito municipal;
- permitir a celebração de convênios e parcerias com órgãos estaduais, federais e instituições privadas, conforme legislação aplicável.

Além da criação legal, foi realizada a abertura de conta bancária específica, em conformidade com as normas da contabilidade pública, possibilitando a operacionalização financeira do Fundo a partir do exercício de dezembro de 2025.

Atuação no COMVERDE – Conselho Municipal de Meio Ambiente

Em 2025, foram adotadas medidas administrativas para a recondução e recomposição dos membros do COMVERDE, conselho com atribuições consultivas e deliberativas no âmbito da política ambiental municipal.



Foto: José Spanner durante a 1ª Reunião do COMVERDE – Conselho Municipal de Meio Ambiente, realizada em 16 de janeiro de 2025

da participação comunitária.

A recomposição do conselho contribuiu para a retomada e organização de sua atuação institucional, respeitando as atribuições legais e o caráter colegiado do órgão.

Importância Institucional das Ações Desenvolvidas

As ações registradas ao longo de 2025 no âmbito dos conselhos e instâncias colegiadas resultaram em:

- fortalecimento da governança ambiental municipal;
- ampliação do diálogo intersetorial entre políticas públicas;
- estímulo à participação social e institucional nos processos decisórios;
- preparação do município para a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;
- suporte técnico à formulação e acompanhamento de políticas públicas estruturantes;
- alinhamento da atuação municipal às diretrizes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), no que se refere à gestão descentralizada e participativa.

Considerações Institucionais

A atuação da SEMMA nos conselhos e instâncias colegiadas em 2025 possui caráter registral e descriptivo, refletindo ações de fortalecimento institucional e participação técnica, sem declarar estado definitivo de consolidação, estabilidade plena ou ausência de desafios futuros.

As informações apresentadas destinam-se à prestação de contas administrativa, não configurando juízo conclusivo sobre o funcionamento dos colegiados nem substituindo avaliações específicas de cada órgão.



ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias).

16. ATUAÇÃO EM PAISAGISMO, ARBORIZAÇÃO URBANA E VIVEIRO MUNICIPAL

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia passou a centralizar e organizar, no âmbito administrativo da SEMMA, as atividades relacionadas ao paisagismo, à arborização urbana e à gestão do viveiro municipal, por meio de arranjo técnico-administrativo interno.

As ações desenvolvidas tiveram como foco o manejo da vegetação urbana, a manutenção de áreas públicas e o apoio à produção de mudas, respeitadas as limitações operacionais, orçamentárias e normativas do município.

Organização das Atividades e Parcerias

Ao longo de 2025, as atividades de paisagismo e arborização urbana passaram a ser executadas por equipe operacional vinculada à SEMMA, responsável pelo atendimento de demandas relacionadas à poda, jardinagem, manutenção de áreas verdes e apoio a ações de arborização.

No mesmo período, foi mantida articulação institucional com o IDEFLO-Bio e com a Secretaria Municipal de Agricultura, com vistas ao apoio técnico à gestão do viveiro municipal.

O viveiro, anteriormente localizado no Projeto de Assentamento Boqueirão, apresentava limitações operacionais associadas à distância, logística e acompanhamento técnico. Em 2025, mediante articulação institucional, o viveiro foi realocado para área adjacente à sede da SEMMA, em zona urbana, possibilitando melhor controle das atividades e reorganização gradual de sua operação.

Manejo Arbóreo Urbano

Durante o ano de 2025, foram realizadas 2.558 intervenções de poda arbórea em áreas urbanas, priorizando situações relacionadas a:

- risco potencial de queda;
- interferência em redes elétricas;
- obstrução de vias e calçadas;
- adequação do manejo da copa arbórea.

Paralelamente, a SEMMA realizou orientações técnicas pontuais a moradores e instituições quanto às práticas adequadas de poda e preservação das árvores urbanas.

Manutenção de Áreas Verdes Urbanas





Vista do canteiro central. Foto: José Carlos.

Foram executados serviços de roçagem e manutenção em áreas verdes urbanas, abrangendo praças, canteiros centrais, rotatórias e acessos à cidade, com área total estimada em aproximadamente 3.800 m², conforme registros operacionais da equipe.

As ações tiveram caráter rotineiro e funcional, voltadas à conservação dos espaços públicos e à segurança urbana.

Reorganização do Viveiro Municipal Semma e Semapa

A transferência do viveiro municipal para a área da SEMMA possibilitou:

- reorganização física do espaço;
- retomada gradual da produção de mudas;
- integração do viveiro às ações de arborização urbana e educação ambiental;
- apoio à distribuição controlada de mudas à população.

O viveiro passou a operar como instrumento de apoio às ações ambientais do município, sem caráter comercial.

Encaminhamentos Operacionais para 2026

Com a reorganização inicial do viveiro municipal, foram definidos encaminhamentos operacionais para o exercício de 2026, sujeitos à disponibilidade técnica, orçamentária e administrativa.

Entre os encaminhamentos previstos estão:

- produção de mudas ornamentais para atendimento das demandas de paisagismo urbano;
- produção estimada de até 80.000 mudas de espécies nativas, destinadas, conforme viabilidade, a:
 - arborização urbana planejada;
 - recuperação de áreas degradadas;
 - restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
 - compensações ambientais no âmbito do licenciamento;
 - ações de educação ambiental;
 - distribuição controlada à população em campanhas institucionais.

Considerações Institucionais



As ações descritas neste item possuem caráter administrativo e operacional, refletindo a organização interna das atividades de paisagismo, arborização urbana e viveiro municipal no exercício de 2025.

As informações apresentadas não configuram declaração de estrutura definitiva, nem garantem execução integral das metas futuras, estando condicionadas às capacidades institucionais do Município.

ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ODS 15 (Vida Terrestre).

17. Proposta Técnica Preliminar de Conectividade Territorial entre a APA Araguaia, Zona de Amortecimento do PESAM e áreas adjacentes à Terra Indígena Sororó.

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) elaborou documento técnico preliminar com diretrizes iniciais para avaliação de conectividade territorial entre a Área de Proteção Ambiental (APA) Araguaia, a Zona de Amortecimento do Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e áreas adjacentes à Terra Indígena Sororó, no contexto regional do médio Araguaia.

A iniciativa teve caráter exploratório, técnico e não deliberativo, voltada à organização de informações territoriais e ambientais, sem produzir efeitos jurídicos, sem instituir corredor ecológico, sem impor restrições de uso do solo e sem interferir em competências estaduais ou federais, especialmente aquelas relativas às unidades de conservação estaduais e aos territórios indígenas.

Finalidade do documento preliminar

O material técnico produzido teve como finalidade:

- sistematizar informações iniciais sobre fragmentação da paisagem e áreas ambientalmente estratégicas no território municipal e adjacências;
- avaliar, em nível conceitual, a possibilidade de conectividade ecológica entre áreas protegidas e remanescentes de vegetação;
- subsidiar análises internas da SEMMA e orientar eventual diálogo institucional, quando pertinente e oportuno.

O documento não configura proposta executiva, não estabelece delimitações territoriais e não substitui estudos técnicos específicos, tais como levantamentos de fauna, diagnósticos fundiários, consultas formais ou processos de pactuação institucional.

Diretrizes técnicas consideradas

Na elaboração do documento preliminar, foram considerados, de forma indicativa e não conclusiva:

- a existência de remanescentes de vegetação nativa e sua distribuição espacial;
- a relevância ecológica de áreas já protegidas por instrumentos legais vigentes;
- a necessidade de compatibilização com usos rurais consolidados e dinâmicas socioeconômicas locais;



- a obrigatoriedade de abordagem institucional coordenada e participativa, especialmente em interfaces com unidades de conservação estaduais e territórios indígenas.

Qualquer avanço em relação às diretrizes aqui mencionadas depende de estudos complementares, validações técnicas e manifestação expressa dos órgãos competentes.

Encaminhamentos institucionais registrados

- compartilhamento preliminar do documento com o órgão gestor estadual, em caráter técnico e informativo, para conhecimento e eventuais contribuições, quando cabível;
- previsão de aprofundamento das análises internas no exercício de 2026, condicionada à disponibilidade técnica, orçamentária e administrativa;
- intenção de iniciar diálogo institucional com as instâncias competentes e lideranças da Terra Indígena Sororó, respeitando protocolos próprios, procedimentos legais e instâncias decisórias, para eventual escuta e avaliação participativa;
- análise futura de possibilidades de cooperação técnica e captação de recursos, sem compromisso assumido, condicionada à existência de instrumentos formais, editais específicos e anuência dos entes envolvidos.

Considerações institucionais

A iniciativa registrada neste item limita-se à elaboração de documento técnico preliminar, com finalidade de planejamento e organização de informações ambientais em escala territorial.

Qualquer evolução para etapas de implementação, formalização de corredor ecológico, definição de zonas, pactuação territorial ou estabelecimento de compromissos institucionais depende de processos próprios, incluindo estudos técnicos aprofundados, instrumentos legais específicos e articulação interinstitucional, respeitadas as competências do IDEFLOR-Bio, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas e demais órgãos competentes.

As informações apresentadas possuem caráter registral e descritivo, não configurando decisão administrativa, ato normativo ou compromisso institucional.

ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes)

18. ATIVIDADES DE SENSORIAMENTO REMOTO E LEVANTAMENTO AEROFOTOGRAMÉTRICO

Atividades de Sensoriamento Remoto e Levantamento Aerofotogramétrico

No exercício de 2025, foram realizados levantamentos aerofotogramétricos no território de São Geraldo do Araguaia com apoio técnico da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), no contexto de cooperação acadêmica e institucional voltada ao fortalecimento da base técnica de informações ambientais do município.



Os sobrevoos com aeronaves remotamente pilotadas (drones), a captação das imagens aéreas e



Vista aérea da cidade de São Geraldo do Araguaia, a partir de levantamento aerofotogramétrico realizado pela UNIFESSPA.

o processamento aerofotogramétrico foram executados integralmente pela equipe técnica da UNIFESSPA, utilizando equipamentos próprios da instituição, sob coordenação do Leonardo Brasil Felipe, doutor e pesquisador, responsável técnico pelos trabalhos.

Áreas Abrangidas

As atividades abrangeram o perímetro urbano de São Geraldo do Araguaia, a Vila de Santa Cruz e áreas insulares do rio Araguaia, incluindo a Ilha dos Martírios. Os levantamentos tiveram

caráter técnico e não interventivo, voltados ao registro territorial e à produção de bases cartográficas de apoio ao planejamento urbano e ambiental.

Finalidades Técnicas

Os produtos aerofotogramétricos tiveram as seguintes finalidades administrativas e técnicas:

- atualização de registros cartográficos de áreas urbanas e núcleos comunitários;
- apoio à identificação de padrões de ocupação e expansão urbana;
- suporte ao monitoramento de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e margens do rio Araguaia;
- registro territorial de pontos críticos associados à degradação ambiental e à disposição irregular de resíduos;
- subsídio ao planejamento de arborização urbana e a ações de mitigação ambiental;
- instrução técnica de processos de licenciamento e fiscalização ambiental.

Ilha dos Martírios – Registro Documental

No caso específico da Ilha dos Martírios, área de reconhecida relevância arqueológica, o levantamento limitou-se ao registro aerofotogramétrico documental, sem intervenção física, coleta de material, escavação ou alteração do sítio, com finalidade de documentação territorial e apoio à preservação.

Processamento e Uso Institucional

Os produtos gerados foram entregues à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e integrados ao Banco Digital de Geoinformação do Município, passando a subsidiar análises técnicas relacionadas ao planejamento urbano, ao licenciamento ambiental, à fiscalização e ao monitoramento de áreas sensíveis.

Entre os produtos disponibilizados, destaca-se o ortofotomosaico aerofotogramétrico de alta resolução, elaborado a partir de aproximadamente oito mil imagens aéreas georreferenciadas, atualmente utilizado como base técnica de referência para a instrução de processos administrativos e apoio à tomada de decisão.

Considerações Finais

As informações registradas neste item possuem caráter descritivo e documental, refletindo o uso de produtos técnicos fornecidos por instituição de ensino superior para qualificação das ações de gestão



ambiental municipal, sem declaração de completude cartográfica ou compromisso de execução futura de novas etapas.

19. Estruturação de Diretrizes para Monitoramento de Espécies Exóticas Invasoras

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) desenvolveu articulações técnicas preliminares voltadas à estruturação de diretrizes municipais para prevenção e monitoramento de espécies exóticas invasoras aquáticas, com ênfase no mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*).

As ações realizadas tiveram caráter preparatório, sem instituição formal de programa, com o objetivo de organizar bases técnicas, levantar referências científicas e avaliar protocolos existentes, visando subsidiar eventual implementação de ações sistemáticas a partir de 2026, condicionadas a decisão administrativa específica.

Fundamentação Técnica

O mexilhão-dourado é espécie exótica invasora amplamente registrada em bacias hidrográficas brasileiras, com ocorrência confirmada na bacia do rio Tocantins, incluindo registros na região de Marabá (PA). A espécie apresenta elevada capacidade de dispersão, fixação em superfícies submersas e rápida reprodução, podendo causar impactos ambientais e operacionais em sistemas aquáticos.

A literatura técnica e as diretrizes nacionais de controle de espécies invasoras, incluindo orientações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), indicam a prevenção e o monitoramento precoce como estratégias prioritárias para redução de riscos associados à introdução da espécie em novas bacias hidrográficas.

Articulações Técnicas Desenvolvidas em 2025

Ao longo de 2025, a SEMMA promoveu interlocução técnica com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e com a professor e pesquisadora Cristiane Cunha, com foco na troca de informações científicas e na avaliação de metodologias aplicáveis à realidade local.

As articulações concentraram-se em:

- levantamento de referências técnicas e científicas sobre o monitoramento do mexilhão-dourado;
- análise de experiências adotadas em outros municípios e bacias hidrográficas;
- discussão preliminar de protocolos de prevenção voltados a embarcações, equipamentos de pesca e atividades recreativas;
- avaliação de estratégias de comunicação ambiental direcionadas a pescadores, ribeirinhos e praticantes de pesca esportiva.

Elaboração de Protocolo Municipal – Etapa Inicial

Como desdobramento das articulações técnicas, iniciou-se em 2025 a elaboração preliminar de um Protocolo Municipal de Prevenção e Comunicação, ainda em fase de estruturação, com diretrizes indicativas sobre:



- procedimentos básicos de limpeza e higienização de embarcações e equipamentos;
- orientações para identificação visual de incrustações suspeitas;
- fluxos de comunicação com a gestão ambiental municipal em caso de ocorrência suspeita.

O protocolo não foi formalizado no exercício de 2025, permanecendo como documento técnico em elaboração, sujeito a validação institucional.

Encaminhamentos para 2026

As ações desenvolvidas em 2025 subsidiaram o planejamento preliminar para 2026, condicionado à disponibilidade administrativa e à decisão formal do Poder Público, incluindo:

- avaliação da viabilidade de implementação de rotina de monitoramento ambiental;
- consolidação do protocolo municipal;
- ampliação das ações de educação e comunicação ambiental preventiva.

Considerações Institucionais

As atividades registradas neste item refletem etapa inicial de planejamento técnico, não caracterizando programa institucional em execução nem compromisso formal de implementação.

As informações possuem caráter descritivo e preparatório, voltadas à organização de bases técnicas para apoio à gestão ambiental municipal.

ODS relacionados: ODS 4, ODS 12, ODS 15 e ODS 17.

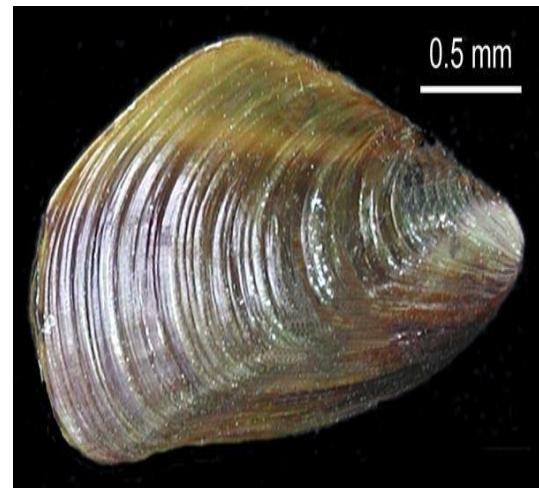


Figura – Colônia de mexilhão-dourado (*Limnoperna fortunei*)

Espécie exótica invasora aquática registrada em diferentes bacias hidrográficas brasileiras, com potencial de impacto ambiental e operacional.

Fonte: IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (imagem ilustrativa).

ODS relacionados: ODS 11, ODS 13, ODS 15 e ODS 16.



20. ETAPAS PREPARATÓRIAS PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO METEOROLÓGICA ESTADUAL

Em dezembro de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia recebeu equipe técnica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA) para a realização de vistoria técnica e validação do local indicado para instalação de estação meteorológica automática estadual no município.

A estação integra a rede do Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico do Pará (SISMET), sob responsabilidade do Governo do Estado, cabendo ao Município a indicação do local e o apoio institucional às etapas preparatórias.

Vistoria Técnica do Local



Durante a visita, a equipe da SEMAS-PA realizou inspeção técnica na área indicada pela SEMMA, avaliando critérios necessários à adequada instalação do equipamento, entre os quais:

- afastamento de obstáculos e interferências físicas;
- condições de circulação de ventos;
- segurança patrimonial do local;
- estabilidade e integridade do solo para suporte da base estrutural.

O local havia sido previamente indicado pela SEMMA com base em critérios técnicos e logísticos, sendo submetido à avaliação e validação final pela equipe estadual, conforme os padrões do SISMET.

Enquadramento da Estação na Rede Estadual

Na ocasião, os técnicos da SEMAS-PA informaram que o município de São Geraldo do Araguaia foi incluído na etapa de expansão da rede estadual de monitoramento hidrometeorológico, que contempla municípios do sul e sudeste do Pará.

A estação meteorológica automática permitirá o registro contínuo de variáveis como precipitação, temperatura, umidade relativa do ar, radiação solar, velocidade e direção dos ventos, cujos dados serão incorporados ao sistema estadual de monitoramento.

Encaminhamentos Posteiros à Validação

A vistoria realizada em dezembro de 2025 correspondeu à etapa final de validação do local. Após essa etapa, a equipe estadual informou previsão de realização dos procedimentos de montagem e ativação do equipamento no início de 2026, condicionada à logística de transporte e à disponibilidade dos componentes estruturais.

Considerações Institucionais

A instalação da estação meteorológica estadual no município ampliará a disponibilidade de dados hidrometeorológicos oficiais para uso por órgãos públicos, produtores rurais e instituições de pesquisa, sem transferência da responsabilidade operacional ou de manutenção ao Município.



A atuação da SEMMA em 2025 restringiu-se às articulações institucionais e ao apoio técnico-administrativo necessários à viabilização da instalação do equipamento, permanecendo a gestão da estação sob responsabilidade do Estado.

21. Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira – Parceria Institucional

O Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira constitui iniciativa de caráter técnico-científico vinculada à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), com projeto aprovado junto ao Ministério da Pesca, voltado ao acompanhamento sistemático da pesca artesanal no rio Araguaia.

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) atuou como parceira institucional local, apoiando ações preparatórias e de articulação comunitária para a retomada do programa prevista para o exercício subsequente, em consonância com as atribuições municipais relacionadas à gestão ambiental, à educação ambiental e ao apoio às políticas públicas de uso sustentável dos recursos naturais.

Em dezembro de 2025, foi realizada reunião técnica na sede da Colônia de Pescadores, com a participação de pescadores locais, representantes da UNIFESSPA, da SEMMA e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), com o objetivo de alinhar procedimentos operacionais, esclarecer as responsabilidades institucionais e registrar percepções locais relevantes para o acompanhamento da atividade pesqueira.



Durante o encontro, foram apresentados os objetivos gerais do programa, os métodos de coleta de informações de campo e os tipos de dados a serem registrados, incluindo informações declaradas sobre espécies capturadas, porte dos exemplares, artes de pesca utilizadas e condições ambientais observadas. Ressalta-se que a coordenação técnica, a metodologia científica e a sistematização dos dados são de responsabilidade da instituição executora do projeto, conforme aprovação do Ministério da Pesca.

Os pescadores participantes contribuíram com relatos sobre alterações percebidas na disponibilidade de espécies, mudanças no esforço de pesca e situações observadas no ambiente aquático. Essas informações foram registradas como subsídio

ao diálogo técnico e à integração entre conhecimento tradicional e abordagem científica, não se caracterizando como inventário oficial ou avaliação conclusiva de estoques pesqueiros.

No âmbito do programa, as ações de educação ambiental serão conduzidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), por meio de atividades de sensibilização, orientação e formação ambiental junto às comunidades ribeirinhas e escolares. A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) atuará como parceira institucional, apoiando a articulação com as unidades



escolares, a organização do calendário de atividades e a integração das ações educativas ao contexto pedagógico municipal.

A atuação da SEMMA no programa restringe-se ao apoio institucional local, à condução das ações de educação ambiental, à articulação comunitária e ao uso das informações disponibilizadas para fins de orientação ambiental e apoio às rotinas municipais de fiscalização, respeitadas as competências legais dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela normatização e regulação da atividade pesqueira.

ODS relacionados: ODS 14 (Vida na Água), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

22. Manejo e Conservação de Quelônios da Amazônia – Articulação Institucional e Preparação Técnica

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia desenvolveu articulações institucionais, comunitárias e técnicas voltadas à estruturação do Programa de Manejo e Conservação de Quelônios da Amazônia, com previsão de implementação a partir de 2026, condicionado às etapas administrativas, técnicas e operacionais pertinentes.

A iniciativa tem como finalidade subsidiar ações de proteção de populações de quelônios amazônicos, especialmente tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) e tracajá (*Podocnemis unifilis*), espécies historicamente pressionadas por coleta irregular de ovos, caça predatória e degradação das áreas de desova ao longo do rio Araguaia.

As articulações realizadas em 2025 envolveram a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), por meio de seu núcleo acadêmico voltado à pesquisa ambiental, a Associação Nativos da APA Araguaia (NAPAA), a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o IDEFLOR-Bio, a Colônia de Pescadores local, comunidades ribeirinhas da Vila Santa Cruz, da Vila Ilha de Campo e demais moradores diretamente vinculados ao uso do rio Araguaia.

Essas articulações tiveram caráter preparatório e consultivo, com foco na construção de um arranjo institucional participativo, no levantamento preliminar de áreas potenciais para manejo, na identificação de capacidades locais e na definição de diretrizes técnicas iniciais, sem execução de atividades de manejo reprodutivo no exercício avaliado.

Para o exercício de 2026, encontra-se em fase de planejamento a possível instalação de uma Base Comunitária de Manejo de Quelônios em área estratégica do rio Araguaia, destinada ao apoio às ações de monitoramento de praias de desova e às atividades de campo, condicionada à formalização dos instrumentos administrativos necessários e à disponibilidade operacional.

As estimativas técnicas preliminares apontam a viabilidade de ações futuras de manejo reprodutivo, incluindo coleta controlada de ovos, incubação assistida, monitoramento técnico e solturas orientadas, a serem detalhadas em plano operacional específico, sem caráter vinculante no presente relatório.

No eixo de Educação Ambiental, a coordenação das ações caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com apoio da Secretaria Municipal de Educação e assessoria técnico-científica da UNIFESSPA. As atividades previstas incluem formação de educadores, ações educativas



em escolas urbanas e ribeirinhas, oficinas comunitárias e campanhas de sensibilização sobre a importância da conservação dos quelônios e da proteção das praias de nidificação.

As ações desenvolvidas em 2025 consolidaram as bases institucionais e comunitárias necessárias para a futura implantação do programa, reforçando a integração entre gestão pública, ciência, educação ambiental e participação social, respeitadas as competências legais de cada instituição envolvida.

ODS relacionados: ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 14 (Vida na Água), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

23. Governança Ambiental e Adesão à Iniciativa “Meu Município pelos ODSs (2025–2030)”

Em 2025, o Município de São Geraldo do Araguaia formalizou a adesão à iniciativa “Meu Município pelos ODS (2025–2030)”, por meio da assinatura da Carta-Compromisso pelo Chefe do Poder Executivo Municipal junto à Secretaria-geral da Presidência da República, no âmbito da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), conforme certificado emitido em dezembro de 2025.



A adesão insere o município na estratégia nacional de implementação da Agenda 2030, voltada à incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no planejamento e na gestão das políticas públicas locais, nos termos definidos pela iniciativa.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) participou do processo como instância técnica de apoio, contribuindo para o alinhamento das ações ambientais e climáticas do município aos ODS, especialmente no que se refere ao planejamento ambiental e à integração dessa agenda aos instrumentos de gestão, incluindo o Plano Plurianual (PPA).

A iniciativa “Meu Município pelos ODS” estabelece diretrizes institucionais relacionadas à organização da governança local dos ODS, à elaboração de diagnósticos situacionais, ao planejamento de ações e metas e à futura elaboração do Relatório Local Voluntário (RLV). Tais instrumentos dependem de etapas administrativas e decisões posteriores da gestão municipal, não se caracterizando como ações automaticamente executadas no exercício de 2025.

No âmbito da SEMMA, a adesão contribui para o aprimoramento do planejamento ambiental e para a articulação com outras áreas da administração municipal, além de possibilitar o acesso a



ações de capacitação técnica e a iniciativas de cooperação institucional relacionadas à agenda ambiental e climática.

A participação do Município de São Geraldo do Araguaia na iniciativa ocorre no âmbito da governança institucional da Agenda 2030, observadas as competências legais dos órgãos municipais e os limites administrativos e orçamentários vigentes.

ODS relacionados: ODS 11, ODS 13, ODS 16 e ODS 17.

24. Protocolo, Expedição de Documentos e Atendimento Administrativo

Ao longo do exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) manteve rotina contínua de protocolo, expedição de documentos e atendimento administrativo, assegurando o suporte necessário às atividades técnicas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria.

As atividades administrativas abrangeram o registro, a tramitação e a expedição de documentos oficiais, bem como o controle de fluxos internos e o atendimento às demandas encaminhadas por órgãos públicos, instituições e municípios. O setor administrativo atuou de forma articulada com as diretorias da SEMMA, garantindo o acompanhamento dos processos e a organização documental das atividades da Secretaria.

No período, foram expedidos 195 ofícios destinados a órgãos estaduais e federais, ao Ministério Público e a secretarias municipais, além de 155 memorandos e comunicações internas, utilizados para a formalização de encaminhamentos entre diretorias e setores. Também foram emitidas 119 certidões de trâmite, vinculadas a processos administrativos, autos de infração e instruções técnicas em andamento.

O atendimento administrativo incluiu ainda o registro de 97 atendimentos realizados por meio do WhatsApp institucional, utilizado como canal oficial de recebimento de denúncias, solicitações de informações e orientações iniciais à população. Ressalta-se que os atendimentos realizados por esse meio não substituem os procedimentos administrativos formais, sendo os casos passíveis de apuração devidamente protocolados e encaminhados aos setores competentes.

No âmbito do licenciamento ambiental, o setor administrativo realizou o protocolo e o registro de 26 processos de Licenciamento Ambiental Rural (LAR), os quais foram devidamente autuados e encaminhados para análise técnica pelas áreas responsáveis, conforme fluxos internos da SEMMA.

As rotinas de protocolo, expedição de documentos e atendimento administrativo constituíram atividades permanentes ao longo de 2025, garantindo a organização documental, a rastreabilidade dos atos administrativos e o suporte necessário ao funcionamento regular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ODS relacionados: ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).



25. Relação Institucional com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

Ao longo do exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) manteve interlocução institucional regular com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), voltada ao atendimento de requisições formais, à prestação de informações técnicas e à apuração administrativa de fatos relacionados à gestão ambiental no município de São Geraldo do Araguaia, respeitadas as competências legais de cada órgão.

A interação ocorreu por meio de comunicações formais, protocolos administrativos e reuniões institucionais. As demandas encaminhadas pelo MPPA foram devidamente registradas, analisadas e respondidas pela SEMMA, com o envio de relatórios técnicos, registros de vistorias, autos administrativos e demais documentos pertinentes, conforme a natureza de cada solicitação.

Indicadores da Interação SEMMA–MPPA/MPF em 2025

Indicador	Quantidade	Observações
Ofícios recebidos do MPPA/MPF	64	Requisições de informações e solicitações de averiguação
Ofícios enviados ao MPPA	71	Respostas formais e encaminhamentos técnicos
Demandas ambientais averiguadas	22	Apurações administrativas, com resultados distintos
Relatórios técnicos encaminhados	12	Com registros fotográficos, mapas e análises técnicas
Autos administrativos remetidos	05	Processos formalizados no âmbito municipal
Reuniões institucionais	07	Discussões técnicas e esclarecimentos
TAC executado pela SEMMA	01	Cumprimento de medidas pactuadas

Natureza das Demandas

- As requisições do MPPA envolveram, principalmente, solicitações de apuração administrativa e prestação de informações relacionadas a:
- supressão de vegetação em áreas urbanas e rurais;
- ocorrências de queimadas irregulares;
- intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APP);
- disposição inadequada de resíduos sólidos;
- ocupações em áreas ambientalmente protegidas;
- degradação de nascentes e margens de cursos d'água.

Em diversos casos, foram solicitados relatórios técnicos específicos, incluindo vistorias ambientais, registros fotográficos e geoespaciais, análises técnicas e manifestação quanto às providências administrativas cabíveis no âmbito municipal.

Atuação da SEMMA no Atendimento às Requisições



As solicitações encaminhadas pelo MPPA foram tratadas por meio de procedimentos administrativos formais, com realização de vistorias em campo, elaboração de relatórios técnicos, análises geoespaciais e emissão de pareceres, conforme a natureza de cada demanda. Quando aplicável, foram indicadas orientações técnicas, medidas administrativas cabíveis e encaminhamentos internos, observados os limites da competência municipal e a legislação ambiental vigente.

Casos no Exercício:

No caso da área conhecida como Móia Farinha, a SEMMA realizou levantamento técnico, acompanhou as providências administrativas relacionadas à desocupação e orientou ações voltadas à recuperação da Área de Preservação Permanente, incluindo isolamento da área e recomposição vegetal, com o devido registro administrativo e encaminhamento das informações ao MPPA.

No âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente ao caso Fachetti, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente foi responsável pela execução das medidas pactuadas, nos termos estabelecidos no instrumento, incluindo a conversão de sanção pecuniária ambiental no valor de R\$ 258.398,16 (duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e oito reais e dezesseis centavos) em ações de interesse coletivo. As ações executadas contemplaram, entre outras medidas previstas, a implantação de sistema de encanação de água potável em quatro vilas tradicionais do município, com registro administrativo e prestação de informações ao MPPA, conforme previsto no TAC.

A interlocução institucional mantida ao longo de 2025 ocorreu de forma técnica, formal e documentada, assegurando o adequado fluxo de informações entre o órgão ambiental municipal e o Ministério Público, sem prejuízo das atribuições legais de cada instituição.

ODS relacionados: ODS 6 (Água Potável e Saneamento), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

26. Destinação de Madeira Apreendida em Ações Integradas de Fiscalização

Em decorrência de ações integradas de fiscalização ambiental, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou a apreensão de três caminhões que transportavam madeira em situação irregular. Após a apreensão, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) adotou os procedimentos administrativos cabíveis no âmbito de sua competência, incluindo a lavratura de auto de infração ambiental, a instauração do processo administrativo correspondente e a destinação do material apreendido, conforme a legislação aplicável.





O volume total de madeira apreendida nos três veículos foi de 216,40 metros, conforme registros administrativos da SEMMA. Concluída a instrução processual e proferida decisão administrativa quanto à destinação do material, a madeira foi destinada para fins de interesse público e social, mediante controle, registro e acompanhamento pela Secretaria.

Parte da madeira foi destinada a órgãos da administração municipal, sendo utilizada pela Secretaria Municipal de Obras na construção e recuperação de pontes em áreas rurais, pela Secretaria de Assistência Social na construção de um espaço de convivência e recreação, pela Secretaria Municipal de Turismo na estruturação e ampliação das estruturas de segurança de trilhas ecológicas, estruturação de espaços de turismo

receptivo, melhorias e estruturação no hall de entrada da IX EXPOSAGA e pelas Secretarias de Agricultura e de Meio Ambiente na estruturação e manutenção do viveiro municipal e construção de pergolados nos espaços públicos (canteiros e praças, parquinho escola Santa Cruz).

O restante da madeira foi destinado a associações comunitárias e a produtores locais, incluindo criadores de abelhas para utilização na confecção de caixas para apicultura, na construção de barracas na Praia da Vila Santa Cruz, e também foi usada para construção de estruturas para pequenas criações (suínos e aves) em propriedades da agricultura familiar.

Em caráter estritamente social, a última parcela da madeira foi destinada a moradores do município em situação de vulnerabilidade, para utilização exclusiva em construções e reformas básicas. A destinação ocorreu mediante critérios administrativos previamente definidos, com registro formal dos beneficiários, controle de entrega, acompanhamento e fiscalização direta pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), sem qualquer forma de contraprestação ou vantagem por parte dos beneficiados.

Ao todo, foram registrados 107 beneficiários, sendo 103 pessoas físicas e 4 instituições/entidades legalmente constituídas (CNPJ). Entre as pessoas físicas atendidas, 46 são mulheres chefes de família e 57 homens, contemplando moradores de diversos bairros e localidades do município, tais como: Centro, Alto Socorro, Bairro Jaó, Bela Vista, Mangueirão, Vila Nova, Castelo dos Sonhos, Portal do Araguaia, Ilha dos Padres, Região do Sucupira e outros, evidenciando o alcance social da ação e a atuação organizada da SEMMA na gestão, controle e transparência do processo.

A destinação da madeira apreendida foi realizada no âmbito de procedimento administrativo regular, com observância dos princípios da legalidade, do interesse público, da finalidade social e da rastreabilidade dos atos administrativos, garantindo o aproveitamento adequado do material apreendido e o atendimento a demandas coletivas e sociais do município.



ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 15 (Vida Terrestre) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

27. PARTICIPAÇÃO DA SEMMA NA COP 30

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia participou da COP 30 no âmbito das ações institucionais de representação do município em evento de alcance nacional e internacional voltado ao debate sobre clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.



Foto: José Coelho Spanner – Stander de São Geraldo do Araguaia

A participação ocorreu por meio do estande institucional da Prefeitura de São Geraldo do Araguaia, com atuação conjunta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Turismo. O espaço foi utilizado para apresentação de informações sobre o município, suas características ambientais, unidades de conservação, atrativos

turísticos e iniciativas desenvolvidas nas áreas de gestão ambiental e territorial.

A estrutura do estande foi organizada com uso prioritário de recursos visuais e digitais, incluindo material audiovisual exibido em telão, com imagens e informações sobre o território municipal. Não houve distribuição de material impresso em papel, sendo adotada a comunicação direta com o público visitante e a utilização de meios digitais para apresentação dos conteúdos.

O estande também foi utilizado para exposição de produtos vinculados à economia local e ao turismo de base comunitária, com a apresentação de alimentos artesanais e de peças de artesanato produzidas por moradores do município, incluindo comunidades tradicionais. A ação teve caráter demonstrativo e institucional, voltada à valorização de práticas produtivas locais associadas à identidade cultural do território.





Foto: José Spanner - Degustação de doces, queijos e geleias artesanais no estande de São Geraldo do Araguaia

Durante o evento, a SEMMA apresentou e compartilhou informações sobre experiências desenvolvidas no município nas áreas de educação ambiental, fiscalização ambiental, planejamento territorial, regularização ambiental e uso de ferramentas de sensoriamento remoto, promovendo intercâmbio técnico com representantes de outros municípios, instituições públicas, universidades e organizações da sociedade civil.

A participação na COP 30 possibilitou a ampliação do diálogo institucional, o contato com iniciativas e programas em desenvolvimento em outras esferas de governo e a identificação de potenciais agendas de cooperação técnica relacionadas às áreas ambiental, climática e de turismo sustentável, nos limites da representação institucional do município.

ODS relacionados: ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ODS 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e ODS 15 (Vida Terrestre).

28. Demonstrativo Referencial de Valores Associados às Atividades da SEMMA – São Geraldo do Araguaia/PA (2025)

Período de referência: janeiro a dezembro de 2025.

O presente demonstrativo tem caráter estritamente informativo e referencial, reunindo valores associados às atividades administrativas, técnicas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) no exercício de 2025.

Os dados aqui apresentados não se confundem com a execução orçamentária, arrecadação financeira ou contabilidade oficial do Município, tampouco representam prestação de contas formal. O objetivo é evidenciar, de forma organizada e transparente, a dimensão econômica associada às ações da SEMMA, com base em registros administrativos internos, estimativas técnicas e atos administrativos praticados no período.

I. Indicadores Ambientais com Repercussão Financeira Municipal

Origem	Período	Valor (R\$)
ICMS Verde (receita municipal influenciada por indicadores ambientais)	Jan–Dez	2.699.850,54
Taxas/Licenças ambientais municipais arrecadadas	Jan–Dez	68.190,81,00



Observação: Os valores acima correspondem a receitas do Município, influenciadas por indicadores ambientais e atos administrativos, não constituindo recursos orçamentários de gestão direta da SEMMA.

II. Serviços Técnicos Executados – Valores Referenciais

Serviço	Local	Valor estimado (R\$)
Levantamento aerofotogramétrico	Ilha de Campo	72.000,00
Levantamento aerofotogramétrico	Núcleo Urbano	550.000,00
Levantamento aerofotogramétrico (Sta Cruz/Ilha dos Martírios)	Sta Cruz e Ilha	150.000,00
Avaliação técnica de madeira apreendida (216,40 m ³)	PF/IBAMA	649.200,00

Observação: Os valores representam estimativas técnicas referenciais de serviços executados ou avaliados, sem ingresso financeiro para a SEMMA.

III. Bens Recebidos e Incorporados ao Patrimônio Público

Item	Quantidade	Valor estimado (R\$)
Bebedouro	1	2.800,00
GPS	3	3.600,00
Computadores	6	32.500,00
Projetores	4	4.500,00
Estação meteorológica	1	210.000,00
Tambores	200	22.500,00

Observação: Valores estimados com base em preços de mercado, referentes a bens incorporados ao patrimônio público municipal.

IV. Multas Ambientais Aplicadas – Valores Administrativos

Processo / Envolvido	Valor (R\$)
Joaquim	2.542.000,00
Fachet	258.398,16
Arthur	64.000,00
Feliciano	58.000,00
Moadi	51.000,00
Três caminhões – madeira	64.920,00

Total referencial: **R\$ 3.020.920,00**

Observação: Valores correspondentes a multas ambientais aplicadas em processos administrativos, sujeitas a defesa, parcelamento, conversão ou confirmação judicial, não representando arrecadação efetiva no exercício.

V. Despesas Associadas às Atividades da SEMMA

Pessoal Vinculado às Atividades da SEMMA (Estimativa Anual)

Critério adotado: proventos mensais de 2025 mais o 13º salário.



Total anual estimado – pessoal:
R\$ 828.525,07

Despesas de Custeio Operacional (Estimativa Anual)

Critério adotado: média mensal multiplicada por 12 meses.

Item	Valor anual estimado (R\$)
Combustível	34.000,00
Material de limpeza e café	9.800,00
Aluguel de veículo/camionete	78.000,00
Material de escritório	11.600,00
Energia elétrica	13.400,00
Informática e materiais de consumo/insumos	8.640,00
Banner, Placas, coffee break, lanches e serviços diversos	38.000,00

Total anual estimado – custeio operacional:

R\$ 193.440,00

Diárias Associadas às Atividades da SEMMA

As diárias concedidas destinaram-se a deslocamentos para reuniões institucionais, capacitações, audiências, fiscalizações, ações integradas e articulações interinstitucionais.

Total anual de diárias em 2025:

R\$ 40.995,52

Nota Técnica Final de Esclarecimento

O presente demonstrativo possui finalidade exclusivamente informativa, não substituindo nem interferindo nos registros contábeis oficiais do Município de São Geraldo do Araguaia, os quais seguem a legislação orçamentária e financeira vigente.

Os valores apresentados refletem estimativas referenciais, atos administrativos praticados, serviços executados, bens incorporados e despesas associadas às atividades da SEMMA, podendo gerar efeitos financeiros diretos ou indiretos em exercícios posteriores, conforme os trâmites legais aplicáveis.

29. Capacitação e Fortalecimento Técnico da Equipe da SEMMA – 2025

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) registrou a participação de servidores e colaboradores em ações específicas de capacitação técnica e administrativa, decorrentes de convites institucionais, parcerias intergovernamentais e atividades internas de organização do trabalho.

As capacitações realizadas tiveram por finalidade qualificar a execução das atribuições já previstas nas rotinas da Secretaria, com foco no aprimoramento das atividades de fiscalização ambiental, licenciamento, análise técnica do Cadastro Ambiental Rural (CAR), planejamento interno e atuação administrativa, sem a instituição de programa permanente de capacitação ou política formal de formação continuada no âmbito da SEMMA.



As atividades ocorreram de forma pontual, respeitando a disponibilidade operacional da equipe, as atribuições funcionais dos servidores e os limites administrativos e orçamentários do Município. Parte das capacitações foi realizada no próprio município, enquanto outras ocorreram em municípios-polo do Estado do Pará, sob responsabilidade de órgãos estaduais, instituições ministeriais e iniciativas internas de organização institucional.

As participações estão discriminadas no quadro a seguir, com indicação dos servidores envolvidos, temas abordados, entidades realizadoras, formato e período de realização.

Quadro Consolidado de Capacitações – 2025

Servidores Participantes	Departamento / Órgão	Tema da Capacitação	Entidade Realizadora	Formato	Data / Período
Maria Eunizia, Celso Lucas, Victoria, Idael, José Spanner, Rangel, Claudionor, Leidilene, M ^a Aparecida, Regiane, Arielson, André, Josias, José Carlos	SIGEMMA-SAGA	Oficina de Planejamento de Trabalho em Equipe	SIGEMMA-SAGA	Presencial – São Geraldo do Araguaia	23/01/2025
Maria Eunizia, Celso Lucas, Victoria, Idael, José Spanner, Rangel, Claudionor, Leidilene, M ^a Aparecida, Regiane, Arielson, João Pereira, Josias, José Carlos	SIGEMMA-SAGA	Fiscalização Ambiental	SIGEMMA-SAGA	Presencial – São Geraldo do Araguaia	22/05/2025
Rangel, Claudionor	Fiscalização	Formação de Fiscais Ambientais da CPA	SEMAS-PA	Presencial – Belém/PA	07 a 11/04/2025
Idael, Lucas, José Spanner	Fiscalização / Licenciamento / Engenharia Agronômica	Análise e Validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR)	SEMAS-PA	Presencial – Parauapebas/PA	05 a 08/05/2025
Claudionor, Idael, Maria Eunizia, M ^a Aparecida, Leidilene, Marcos Bandeira, Celso Lucas, José Spanner	Fiscalização / Administração / Motorista / Engenharia / Diretorias	Gestores Ambientais da Amazônia	Ministério Público do Estado do Pará – 12 ^a Região Agrária	Presencial – Marabá/PA	23/06/2025

Registro Institucional

As ações descritas neste item possuem caráter exclusivamente registral, destinando-se a documentar as capacitações efetivamente realizadas no exercício de 2025. O presente registro não implica criação de obrigações futuras, não gera efeitos funcionais automáticos e não substitui eventuais normas municipais aplicáveis à gestão de pessoas.

As capacitações contribuíram para a melhoria da condução técnica e administrativa das atividades da SEMMA no período avaliado, especialmente no suporte às ações de fiscalização, licenciamento e organização interna dos processos administrativos.

ODSs relacionados: ODS 4, ODS 11, ODS 13, ODS 15 e ODS 16.

30. Comunicação Institucional – SEMMA | Exercício 2025



No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) realizou ações de comunicação institucional com a finalidade de divulgar informações de interesse público, orientar a população e dar publicidade às atividades administrativas, técnicas e operacionais desenvolvidas ao longo do período.

As ações de comunicação tiveram caráter instrumental e complementar, sendo executadas como apoio às atividades de fiscalização ambiental, educação ambiental, campanhas preventivas, eventos públicos e prestação de informações institucionais, sem a instituição de programa formal de comunicação própria ou estrutura específica de assessoria no âmbito da SEMMA.

A divulgação das ações ocorreu em parceria com a Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal, com apoio jornalístico profissional, e contou com a colaboração da equipe técnica da Secretaria no fornecimento de informações, registros fotográficos, dados técnicos e pautas relacionadas às atividades ambientais desenvolvidas no município.

Registro de Inserções na Imprensa Regional

No período analisado, foram registradas duas matérias jornalísticas publicadas na imprensa regional, com abordagem de temas ambientais e articulações interinstitucionais envolvendo o município:

- *Unifesspa entrega mapa aéreo de alta precisão impulsiona planejamento de São Geraldo*
- *Órgãos do Pará e Tocantins se unem para fiscalizar a piracema no rio Araguaia*

As publicações tiveram caráter informativo, sem vínculo com campanhas institucionais permanentes.

Comunicação Digital – Registros Operacionais

Em 2025, a SEMMA utilizou canais digitais institucionais para divulgação de comunicados, orientações e registros de ações ambientais, por meio das plataformas oficiais da Prefeitura Municipal e listas institucionais de mensagens.

Registros quantitativos do exercício:

- Instagram: 80 publicações
- WhatsApp institucional: 65 publicações
- Site oficial da Prefeitura: 5 publicações

Os conteúdos abordaram temas relacionados à fiscalização ambiental, período do defeso, campanhas educativas, uso das praias, eventos públicos e comunicados operacionais.

O perfil institucional registrou crescimento de seguidores ao longo do período, conforme dados operacionais abaixo, apresentados sem caráter avaliativo ou indicativo de impacto social:

- Seguidores no início de 2024: 850
- Seguidores ao final de 2025: 1.280
- Maior alcance registrado em publicação: 17.400 visualizações
- Maior número de interações registradas: 380 curtidas

Materiais Gráficos e Rádio

Ao longo de 2025, foram produzidos 80 materiais gráficos institucionais (flyers), utilizados em campanhas educativas, orientações legais, divulgação de eventos e ações preventivas.



Foram produzidas três vinhetas institucionais veiculadas em rádio local, além da execução de duas campanhas radiofônicas específicas:

- Campanha Fogo Zero – prevenção de queimadas
- Campanha do Defeso – orientação sobre regras de pesca, transporte e comercialização

As campanhas acompanharam ações de campo, com finalidade educativa e informativa.

Comunicação em Eventos Públicos

Durante o Veraneio da Praia da Gaivota, a SEMMA realizou 113 chamadas ambientais no palco oficial, voltadas à orientação do público quanto à preservação ambiental, normas de uso e comunicados institucionais.

No Festival do Cari, foram realizadas 15 chamadas ambientais, além da distribuição de materiais informativos e apoio institucional às atividades do evento. Para essa ação, foram produzidos dois materiais gráficos específicos.

Conteúdo Técnico e Divulgação Cartográfica

Em 2025, o Laboratório Municipal de Pesquisas e Sensoriamento Remoto produziu 68 mapas técnicos oficiais, utilizados em autos de infração, processos administrativos, estudos ambientais e planejamento territorial.

Parte desses produtos cartográficos foi utilizada como material de apoio à comunicação institucional e a ações educativas, com a finalidade de facilitar a compreensão técnica das informações ambientais divulgadas à população.

Participação em Publicação Especial

A SEMMA contribuiu com informações técnicas para publicação digital da revista *Vozes da Amazônia*, lançada no contexto da COP-30. A participação ocorreu de forma pontual e colaborativa, sem representação oficial internacional, sem compromisso institucional permanente e sem vinculação a programas formais do Município.

Registro Consolidado – Comunicação Institucional (2024–2025)

Comparativo Geral 2024 x 2025

Indicador	2024	2025
Matérias na imprensa regional	-	2
Postagens no Instagram	18	80
Publicações em WhatsApp	15	65
Publicações no site da Prefeitura	—	5
Seguidores no Instagram	850	1.280
Alcance máximo de publicação	373	17.400
Curtidas máximas	—	380
Flayers produzidos	25	80
Vinhetas de rádio	—	3
Campanhas de rádio	—	2



Indicador	2024	2025
Chamadas ambientais – Veraneio	—	113
Chamadas ambientais – Festival do Cari	—	15
Campanhas educativas	2	8
Mapas produzidos (LAB-SR)	—	68

Registro Institucional Final

As ações de comunicação descritas neste item possuem caráter registral e informativo, não configuram política pública autônoma, não geram obrigações futuras e não substituem as atividades finalísticas da SEMMA. Os registros apresentados refletem exclusivamente as ações realizadas no exercício de 2025.

31. Ações de Prevenção e Resposta a Incêndios – Fogo Zero 2025

Órgão executor: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA

Abrangência: área urbana, zona rural e APA Barreiro das Antas

Período: julho a outubro de 2025

Articulações institucionais: IDEFLOR-Bio, Corpo de Bombeiros Militar do Pará, Defesa Civil, Território Indígena, Brigada Prevfogo/IBAMA, escolas municipais e comunidades locais

Caracterização das Ações

No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia executou ações operacionais de prevenção, orientação e resposta inicial a ocorrências envolvendo queimadas urbanas e riscos de incêndio, concentradas no período crítico de estiagem.

As ações tiveram caráter preventivo, educativo e emergencial, sendo desenvolvidas de forma articulada com órgãos municipais, estaduais e federais, respeitadas as competências legais de cada instituição envolvida e sem a formalização de programa permanente ou estrutura administrativa específica no âmbito municipal.

Atuação Municipal – Resposta a Ocorrências Urbanas

Durante o período avaliado, a SEMMA atuou no atendimento a ocorrências de queimadas em áreas urbanas e periurbanas, especialmente em terrenos baldios, áreas com vegetação seca e locais com histórico de reincidência.

Foram registrados 53 atendimentos emergenciais, envolvendo ações de combate inicial ao fogo, isolamento de áreas, orientação aos responsáveis e registro das ocorrências, com apoio da Defesa Civil Municipal, fiscais ambientais e colaboração pontual de moradores.

O apoio operacional contou com a utilização de veículo-pipa disponibilizado pela estrutura municipal, empregado de forma emergencial para controle de focos em áreas urbanas e periurbanas.

Atuação Estadual – IDEFLOR-Bio

Nas áreas sob competência estadual, o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Pará (IDEFLO-Bio) manteve ações contínuas de prevenção, vigilância e



monitoramento ambiental no Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas (PESAM) e na Área de Proteção Ambiental Araguaia.

No período de estiagem de 2025, não foram registrados incêndios florestais nas unidades de conservação estaduais localizadas no município, conforme registros do órgão gestor, em decorrência das ações preventivas e da presença institucional permanente em campo.

Atuação Federal e Indígena – Brigada Prevfogo/IBAMA

A Brigada Prevfogo/IBAMA, em articulação com o Território Indígena, desenvolveu ações preventivas e educativas relacionadas à vigilância territorial, manejo tradicional do fogo e monitoramento de áreas sensíveis.

No exercício de 2025, não houve registro de incêndios nas áreas sob influência direta da atuação federal, conforme informações institucionais dos órgãos responsáveis. Trata-se de atuação de caráter autônomo, vinculada à competência federal, com efeitos positivos indiretos sobre a segurança ambiental do território municipal.

Articulação Comunitária e Comunicação

No decorrer de 2025, foram iniciadas articulações entre SEMMA, Defesa Civil, brigadistas e comunidades rurais com a finalidade de melhorar o fluxo de informações sobre focos de incêndio, facilitar o acionamento das equipes e reforçar a orientação preventiva em áreas de maior risco.

Essas articulações possuem caráter inicial e informal, voltadas à cooperação operacional, sem estrutura formal instituída ou obrigação administrativa futura.

Capacitação de Apoio Operacional

A Defesa Civil Municipal, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Pará, realizou curso de capacitação voltado a agentes municipais e voluntários, resultando na formação de 15 participantes, com abordagem de técnicas básicas de combate inicial a incêndios, segurança operacional e procedimentos de resposta.

A capacitação teve caráter instrutivo e preventivo, sem criação de vínculo funcional específico ou estrutura permanente.

Registro Institucional

As ações descritas neste item possuem caráter operacional e registral, limitadas ao exercício de 2025, não configurando instituição formal de programa permanente, brigada estruturada ou obrigação administrativa continuada no âmbito da SEMMA.

ODS relacionado: ODS 15 – Vida Terrestre.

32. Supressão e Substituição de Árvores na Praça da Beira-Rio 2025

durante a execução das obras de reforma e revitalização da Praça da Beira-Rio, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) realizou acompanhamento técnico ambiental das intervenções envolvendo a supressão e substituição de indivíduos arbóreos existentes no local.





Foto: José Spanner - Plantio de mudas de oiti (Licania tomentosa) na Praça da Beira-Rio, como medida de compensação ambiental durante a reforma e revitalização do espaço público – 2025

Previamente à intervenção, foi efetuada avaliação ambiental e fitossanitária das árvores implantadas na praça, tendo sido identificados quatro (04) exemplares de fícus (Ficus sp.) com comprometimento estrutural, presença de processos de apodrecimento do caule, sinais de fitopatologias e risco potencial à segurança dos usuários do espaço público, especialmente em períodos de ventos e chuvas.

Diante das condições constatadas, foi indicada a supressão controlada dos indivíduos, restrita à necessidade técnica identificada, com acompanhamento da SEMMA, observadas as medidas de segurança e o registro das ações realizadas.

Como medida de reposição arbórea, foram implantadas quatro (04) mudas de oiti (Licania tomentosa), com altura média aproximada de 1,55 m, espécie selecionada em razão de sua adaptação ao ambiente urbano, comportamento radicular compatível e adequação ao uso em áreas públicas.

O plantio das mudas ocorreu nos mesmos pontos anteriormente ocupados pelos indivíduos suprimidos, mantendo a distribuição arbórea do espaço. A SEMMA acompanhou o procedimento de plantio, verificando a adequação técnica da substituição arbórea no contexto da intervenção urbana realizada.

33. Panorama Diagnóstico e Atuação Municipal na Validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – São Geraldo do Araguaia – PA

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é instrumento de âmbito federal, instituído pela Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), cuja gestão e validação são de competência primária dos

órgãos ambientais estaduais. No Estado do Pará, essa atribuição é exercida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA).

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia (SEMMA) atua na análise e validação de Cadastros Ambientais Rurais de forma delegada, em decorrência de instrumento formal de cooperação já firmado com o Estado do Pará, observados os critérios técnicos, normativos e procedimentais estabelecidos pela SEMAS/PA.

A atuação municipal na validação do CAR ocorre de forma complementar, delimitada e condicionada à capacidade técnica e operacional da SEMMA, não abrangendo, de forma automática, a totalidade dos cadastros existentes no território municipal.



Panorama Quantitativo dos Cadastros no Município

Atualmente, encontram-se registrados 3.414 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) vinculados ao território do Município de São Geraldo do Araguaia.

A distribuição por situação evidencia elevado passivo de regularização ambiental, conforme segue:

- Cadastros aguardando análise: 2.192
- Cadastros em análise técnica: 23
- Cadastros analisados sem pendências: 114
- Cadastros analisados com pendências aguardando retificação: 16
- Cadastros analisados com pendências aguardando apresentação documental: 5
- Cadastros analisados com pendências aguardando retificação e/ou documentos: 1.025
- Cadastros em adequação ambiental: 3
- Cadastros analisados aguardando adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA): 18

Do total de cadastros existentes, 132 CAR foram analisados no exercício, no âmbito da delegação formal vigente, sendo:

- 114 considerados regulares, sem pendências ambientais ou documentais;
- 18 com indicação de necessidade de adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), aguardando providências dos responsáveis legais.

Situação Administrativa Geral dos Cadastros

A classificação administrativa dos cadastros vinculados ao território municipal apresenta a seguinte configuração:

- Ativos: 1.466
- Pendentes: 1.430
- Suspensos: 479
- Cancelados: 18

Parcela expressiva dos cadastros depende de providências diretas por parte dos responsáveis legais, tais como retificação de informações, complementação documental ou adesão a instrumentos de regularização ambiental, fatores que impactam o ritmo de consolidação do CAR.

Atuação da SEMMA no Exercício de 2025

No exercício de 2025, a SEMMA concentrou sua atuação na validação de CARs priorizados conforme critérios técnicos e operacionais, especialmente aqueles vinculados a processos de licenciamento ambiental, fiscalização, regularização ambiental e planejamento territorial.

As análises observaram os parâmetros técnicos definidos pelo órgão estadual, com apoio de informações cartográficas, análises geoespaciais, vistorias quando necessárias e integração com o Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, sem substituição da competência normativa, sistêmica ou decisória da SEMAS/PA.



Considerações Institucionais

O cenário apresentado demonstra a complexidade da regularização ambiental rural no município e a relevância da atuação articulada entre Município e Estado. A validação de CARs pela SEMMA, nos limites do instrumento de cooperação firmado, contribui para a redução

pontual do passivo, o fortalecimento do licenciamento ambiental municipal e o aprimoramento da gestão territorial.

As informações consolidadas neste item possuem caráter diagnóstico e registral, não configurando assunção irrestrita da competência estadual pelo Município, nem compromisso automático de análise integral dos cadastros pendentes.

Considerações finais

O Relatório Anual de Gestão Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Geraldo do Araguaia – SEMMA, referente ao exercício de 2025, consolida de forma sistematizada o conjunto de ações, atividades técnicas, administrativas e institucionais desenvolvidas ao longo do período.

As informações apresentadas refletem o esforço contínuo da gestão ambiental municipal no cumprimento de suas atribuições legais, na proteção dos recursos naturais, no ordenamento territorial, na fiscalização ambiental, no fortalecimento da educação ambiental e na ampliação da capacidade técnica e administrativa da Secretaria.

O exercício de 2025 foi marcado por avanços institucionais relevantes, como a reorganização interna das diretorias, a implantação do Laboratório Municipal de Sensoriamento Remoto, o fortalecimento das ações de fiscalização e licenciamento, a ampliação das articulações interinstitucionais e a execução de ações estruturantes.

O relatório cumpre sua finalidade institucional de prestação de contas, transparência e subsídio ao planejamento futuro, reafirmando o compromisso da SEMMA com a gestão ambiental responsável.

